



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 120

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 14 DE OUTUBRO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Alysson Wandscheer - Douglas Fabrício - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 120

110ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios 03

Indicações 04

Requerimentos 07

Projetos de Lei 19

Pequeno Expediente:

Dep. Stephanes Júnior 20

Dep. Reni Pereira 21

Dep. Elio Rusch 22

Dep. Dobrandino da Silva 23

Dep. Artagão Júnior 24

Horário das Lideranças:

Liderança do DEM

Dep. Elio Rusch 23

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Rosane Ferreira 25

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello 26

Liderança do PSDB

Dep. Valdir Rossoni 27

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Claudio Romanelli 29

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli 31

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício 32

Liderança do PTB

Dep. Jocelito Canto 34

Liderança da Oposição

Dep. Elio Rusch 36

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 37

Discussão/Votação

3ª Discussão 38

2ª Discussão 38

1ª Discussão 39

Requerimentos 43

Encerramento da Sessão 44

Publicações:

Comissão Executiva

Atos 44

Diretoria Geral

Portarias 48

DIÁRIO Nº 120

110ª SESSÃO ORDINÁRIA

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 110ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
14 DE OUTUBRO DE 2008**

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Dr. Batista e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Alysson Wandscheer, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Cleiton Kielese, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari,

Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (46).

Ausentes os Srs. Deputados: Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Litro e Plauto Miró (04).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Fábio Camargo e Marcelo Rangel (02).

Em licença os Srs. Deputados: Antonio Belinati e Carlos Simões (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob os nºs CEE/CC 1826 e 1830/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil, comunicando que o Sr. Roberto Requião - Governador do Estado SANCIONOU os projetos de lei nºs: **Anote-se - Arquite-se.**

259/08: De autoria do Deputado Waldyr Pugliesi que, altera a Lei nº 15758, de 27/12/07, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 15966. **Anote-se - Arquite-se.**

208/08: De autoria do Deputado Marcelo Rangel que, obriga o Serviço de Proteção ao Crédito - SPC, a Centralização de Banco S/A - SERASA e quaisquer outros órgãos de bancos de dados, a retirar o nome do cidadão da relação de cadastro negativo, no prazo máximo de 48 horas, após a confirmação do pagamento do débito, o qual convertido em Lei tomou o nº 15967. **Anote-se - Arquite-se.**

Sob o nº CTL/CC 338/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia da

Informação nº 1089/08-AJ/SESPD, acerca da Indicação Legislativa nº 788. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CEE/CC 1824/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Ofício nº 0821/08/GS, acerca da Indicação Legislativa nº 759. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1412/08-OE do Sr. Ruy Fernando de Oliveira - Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado, encaminhando fotocópia do Acórdão nº 8714, proferido nos autos de Mandado de Segurança nº 466756-7, do foro central da comarca da Região Metropolitana de Curitiba, em que figuram como impetrante F. Andreis & Cia. Ltda. e impetrado Governador do Estado do Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 2887/08-OPD/GP do Sr. Nestor Baptista - Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando o Protocolo nº 231180/08-TC, referente às contas do Governo do Estado do Paraná, do exercício financeiro de 2007. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 2888/08-OPD/GP do Sr. Nestor Baptista - Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando o Processo nº 126000/08-TC, relativo à Prestação de Contas da referida Corte, referente ao exercício financeiro de 2007. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 3047/08-OPD/GP do Sr. Nestor Baptista - Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando o Processo nº 119895/08-TC, relativo à prestação de contas do Fundo Especial de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná - FETC/PR, do exercício financeiro de 2007. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 2954/08-OPD/GP do Sr. Nestor Baptista - Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando cópia do Acórdão nº 1175/08 - Tribunal Pleno, exarada do Processo nº 279309/07-TC, referente ao Recurso de Revista de Impugnação de Despesa realizadas pela Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUGERHSA, no exercício de 2002. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 2907/08-OPD/GP do Sr. Nestor Baptista - Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando cópia do Acórdão nº 1193/08 - 2ª Câmara, exarada do Processo nº 254198/05-TC, referente à de Impugnação de Despesas realizadas pela CEASA - Centrais de Abastecimento do Paraná S/A. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 2937/08-OPD/GP do Sr. Nestor Baptista - Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando cópia do Acórdão nº 1024/08 - Tribunal Pleno, exarada do Processo nº 613756/07-TC, referente à Impugnação de Despesas realizadas pela Universidade Estadual de Londrina - UEL, durante o exercício de 2003. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 2938/08-OPD/GP do Sr. Nestor Baptista - Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando cópia do Acórdão nº 1056/08 - Tribunal Pleno,

exarada no Processo nº 275390/08-TC, referente à Impugnação de Despesas realizadas pela Universidade Estadual de Londrina - UEL, durante o 2º quadrimestre de 2003. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 397/08 do Sr. Nestor Baptista - Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando o Relatório de Atividades desenvolvidas por aquela Corte de Contas durante o 2º trimestre de 2008. **Ao conhecimento da Casa.**

OFÍCIO S/Nº

Curitiba, 14/10/08.

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa., que estarei ausente da Sessão Plenária no dia 14 de outubro do corrente ano, para tratar de assuntos particulares.

Sendo o que se apresenta para o momento, agradeço a atenção dispensada.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) MARCELO RANGEL

Indicações

INDICAÇÃO Nº 244/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e ao Sr. Rogério Wallbach Tizzot, a construção de redutores de velocidade na rodovia PR-180.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e ao Sr. Rogério Wallbach Tizzot, Secretário dos Transportes, a construção de redutores de velocidade na rodovia PR-180, sendo um nas proximidades do Conjunto Águas Claras, outro na curva anterior ao trevo Goioerê/Quarto Centenário e mais um nas proximidades da ponte sobre o rio Água Branca.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Vereador Enézio Ferreira Lima, da Câmara Municipal de Goioerê/PR.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Esta medida é de fundamental importância para quem trafega neste trecho, haja vista os inúmeros acidentes fatais que vem ocorrendo nesta rodovia. Os redutores de velocidade irão coibir a alta velocidade nestes trechos, onde há muitas curvas em declive de alto risco.

INDICAÇÃO Nº 245/08

SÚMULA:

Sugere à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e ao DER a pavimentação asfáltica de trecho de 10 quilômetros da avenida Pioneira Maria Cavalcante Ruy, para o escoamento de trânsito de caminhões

na PR-317, na saída de Maringá para Campo Mourão.

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, INDICA à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, bem como ao Diretor Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, sugerindo aos mesmos a inclusão em programação de pavimentação asfáltica de trecho de 10 quilômetros da avenida Pioneira Maria Cavalcante Ruy, na saída de Maringá para Campo Mourão (PR-317).

Cabe salientar que as empresas instaladas na região, em regime de condomínio, farão a pavimentação de uma das pistas da referida ligação, restando ao Governo do Estado a pavimentação somente de uma das pistas, conforme projeto anexo.

A obra em questão evitará o trânsito de veículos pesados na cidade, efetuando importante desvio para o escoamento de produção da região.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) CIDA BORGHETTI

INDICAÇÃO Nº 246/08

SÚMULA:

Liberação de (01) uma ambulância para o município de Jussara.

Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - Liberação de (01) uma ambulância para o município de Jussara.

II - Estamos apresentando a presente indicação atendendo inúmeras solicitações da comunidade do município de Jussara, que há muito reivindica uma ambulância para o atendimento da população do município e da região

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 247/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Secretário da Saúde a implantação de Programa de Prevenção de Problemas de Má Oclusão e Ortodônticos no estado do Paraná, nos termos que especifica.

Senhor Governador, Senhor Secretário da Saúde:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário da Saúde que determinem a implantação de Programa de Prevenção de Problemas de Má Oclusão e

Ortodônticos que ensina as crianças do Paraná a mastigar corretamente, pelos motivos que especifica na justificativa abaixo.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

Estudos odontológicos comprovaram que a correta mastigação é condição básica não só para uma boa digestão dos alimentos, mas, sobretudo, para o desenvolvimento saudável das arcadas dentárias e de todo o conjunto crânio-mandibular. Com efeito, está cientificamente demonstrado que a má oclusão (mordida errada) tem como uma de suas principais causas a mastigação incorreta, que deve ser submetida a tratamento de ortopedia funcional dos maxilares e ortodontia, dependendo de cada caso, do contrário, a pessoa que possui a má oclusão poderá sofrer disfunções crânio-mandibulares, como por exemplo, desenvolver dores de cabeça, dores da região do pescoço, desgastes precoces dos dentes, inclusive com perdas ósseas, podendo até ter como consequência severos zumbidos nos ouvidos e até problemas de audição, não esquecendo também dos problemas digestivos causados pela má mastigação.

O mais importante, contudo, é que essas descobertas científicas realçam que a má oclusão (exceto as congênitas e algumas hereditárias) pode ser prevenida. Esse fato, por si só, demonstra a importância do desenvolvimento de um programa de prevenção desses problemas por meio da educação de crianças e adultos para a correta mastigação. Dessa forma, poder-se-á evitar a maioria das disfunções acima, assegurar o bom e correto desenvolvimento das arcadas dentárias, diminuir significativamente o número de adultos e crianças que necessitam de aparelhos ortodônticos e poupar gastos elevados que oneram tantas famílias de baixa e média renda.

Anexa-se à presente indicação cópia do Programa Mastigue Bem, desenvolvido pela Academia Brasileira de Fisiopatologia Crânio-orocervical - ABFCOC, programa esse de qualidade superior, desenvolvido especificamente para tratar da prevenção dos problemas ortodônticos e, portanto, pronto para ser acolhido e aplicado pela Secretaria de Saúde do Estado do Paraná.

Pelo exposto é que apresentamos a presente indicação, a qual, se acolhida pelas autoridades competentes, se constituirá em ferramenta eficiente para assistir a um grande contingente de crianças e adultos que sofrem com as dificuldades expostas.

INDICAÇÃO Nº 248/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a construção de escola no município de Paranavaí.

Senhor Governador, Senhora Secretária da Educação:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares,

REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e à Secretária da Educação que determinem a construção de uma escola no município de Paranavaí, pelas razões abaixo especificadas.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual Dr. Marins Alves de Camargo, no município de Paranavaí, funciona em dualidade com a escola municipal. Por funcionar em regime de dualidade, isto é, em estrutura única juntamente com a escola municipal, a infra-estrutura desse colégio tem operado com contingente de alunos acima de sua capacidade.

Desnecessário enumerar aqui as consequências que essa situação acarreta, especialmente no que diz respeito à possibilidade de ingresso de novos alunos.

Certos de poder contar com o apoio indispensável do Governo do Estado do Paraná e da Secretaria da Educação, apresenta-se a presente indicação, a fim de que seja construída no município de Paranavaí um novo prédio escolar que possa abrigar exclusivamente a escola municipal.

INDICAÇÃO Nº 249/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a construção de escola no município de Paranapoema.

Senhor Governador, Senhora Secretária da Educação:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e à Secretária da Educação que determinem a construção de uma escola no município de Paranapoema, pelas razões abaixo especificadas.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual Lisymaco Ferreira da Costa, no município de Paranapoema, funciona em dualidade com a escola municipal e é, portanto, a única escola em funcionamento naquela cidade. Por funcionar em regime de dualidade, isto é, em estrutura única juntamente com a escola municipal, a infra-estrutura desse colégio tem operado com contingente de alunos acima de sua capacidade. Além disso, há a agravante de que o terreno no qual está localizado pertence ao município, embora o prédio pertença ao estado do Paraná.

Em face disso, desnecessário enumerar aqui as consequências que essa situação acarreta, especialmente no que diz respeito à possibilidade de ingresso de novos alunos.

Certos de poder contar com o apoio indispensável do Governo do Estado do Paraná e da Secretaria da Edu-

cação, apresenta-se a presente indicação, a fim de que seja construída no município de Paranapoema um novo prédio escolar que possa abrigar exclusivamente a escola municipal ou estadual, conforme essa Secretaria entender melhor.

INDICAÇÃO Nº 250/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a construção de escola no município de Inajá.

Senhor Governador, Senhora Secretária da Educação:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e à Secretária da Educação que determinem a construção de uma escola no município de Inajá, pelas razões abaixo especificadas.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

A Escola Estadual Padre Anchieta, no município de Inajá, funciona em dualidade com a escola municipal e é, portanto, a única escola em funcionamento naquela cidade. Por funcionar em regime de dualidade, isto é, em estrutura única juntamente com a escola municipal, a infra-estrutura desse colégio tem operado com contingente de alunos acima de sua capacidade.

Em face disso, desnecessário enumerar aqui as conseqüências que essa situação acarreta, especialmente no que diz respeito à possibilidade de ingresso de novos alunos.

Certos de poder contar com o apoio indispensável do Governo do Estado do Paraná e da Secretaria da Educação, apresenta-se a presente indicação, a fim de que seja construída no município de Inajá um novo prédio escolar que possa abrigar exclusivamente a escola municipal.

INDICAÇÃO Nº 251/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a construção de escola no distrito de Mandiocaba, município de Paranavaí.

Senhor Governador, Senhora Secretária da Educação:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e à Secretária da Educação que determinem a construção de uma escola no distrito de Mandiocaba, no município de Paranavaí, pelas razões abaixo especificadas.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

A Escola Estadual José de Anchieta, localizada no distrito de Mandiocaba, município de Paranavaí, funciona em dualidade com a escola distrital (municipal). É a única escola em funcionamento naquele distrito. Por funcionar em regime de dualidade, isto é, em estrutura única juntamente com a escola municipal, a infra-estrutura desse colégio tem operado com contingente de alunos acima de sua capacidade. Demais, há o agravante de que o terreno no qual está localizado pertence ao município de Paranavaí, embora o prédio pertença ao estado do Paraná.

Em face disso, desnecessário enumerar aqui as conseqüências que essa situação acarreta, especialmente no que diz respeito à possibilidade de ingresso de novos alunos.

Certos de poder contar com o apoio indispensável do Governo do Estado do Paraná e da Secretaria da Educação, apresenta-se a presente indicação, a fim de que seja construída no distrito de Mandiocaba um novo prédio escolar que possa abrigar exclusivamente a escola municipal ou estadual, conforme essa Secretaria entender melhor.

INDICAÇÃO Nº 252/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a construção de escola no distrito de Graciosa, no município de Paranavaí.

Senhor Governador, Senhora Secretária da Educação:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e à Secretária da Educação que determinem a construção de uma escola no distrito de Graciosa, no município de Paranavaí, pelas razões abaixo especificadas.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

A Escola Estadual José de Anchieta, localizada no distrito de Graciosa, município de Paranavaí, funciona em dualidade com a escola distrital (municipal). É a única escola em funcionamento naquele distrito. Por funcionar em regime de dualidade, isto é, em estrutura única juntamente com a escola municipal, a infra-estrutura desse colégio tem operado com contingente de alunos acima de sua capacidade. Demais, há o agravante de que o terreno no qual está localizado pertence ao município de Paranavaí, embora o prédio pertença ao estado do Paraná.

Em face disso, desnecessário enumerar aqui as conseqüências que essa situação acarreta, especialmente no que diz respeito à possibilidade de ingresso de novos alunos.

Certos de poder contar com o apoio indispensável do Governo do Estado do Paraná e da Secretaria da Edu-

cação, apresenta-se a presente indicação, a fim de que seja construída no distrito de Graciosa um novo prédio escolar que possa abrigar exclusivamente a escola municipal ou estadual, conforme essa Secretaria entender melhor.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2684

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições prerrogativas regimentais e nos termos do artigo 158 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada do Projeto de Lei nº 300/07, item 03 da Ordem do Dia, por 05 (cinco) Sessões.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) PÉRICLES DE MELLO

REQUERIMENTO Nº 2631

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário envio de votos de pesar à família de Albino Zanatta pelo seu falecimento, ocorrido na manhã desta terça-feira (14/10/08), em Cascavel. Zanatta era empresário que desfrutava de excelente conceito na comunidade cascavelense, conhecido popularmente como Vermelho, faleceu por volta das 7h30, vítima de AVC (Acidente Vascular Cerebral). Trata-se de grande perda, sua morte deixa entristecida a cidade de Cascavel, onde deixou esposa e três filhos.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) EDGAR BUENO

REQUERIMENTO Nº 2685

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de pesar à família da empresária Lucimar Reis, morta no último sábado, dia 11 de agosto, na cidade de Cândido de Abreu.

O presente voto se justifica em função da importância que a empresária teve no incentivo à área de comunicação na região do Vale do Ivaí, administrando a Rádio Alternativa de Cândido de Abreu.

Após aprovado, requer, ainda, que do presente se dê ciência à família, através de correspondência para José Maria Reis Júnior, filho da empresária.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2603

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Campo do Tenente pela passagem, no próximo dia 29/10/08, de seus 47 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Reinaldo Afonso Pereira, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Antonio Edson de Souza, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Campo do Tenente.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A população do município de Campo do Tenente, que estará completando seus 47 anos de emancipação política, está de parabéns, e sente-se deveras reconhecida pelo esforço, inteligência e seriedade dos seus administradores.

Entregar-se ao estudo dos problemas do povo com sacrifício de seus próprios afazeres; abdicar do direito ao descanso para trabalhar em favor dos munícipes; sacrificar o aconchego da família para zelar pelo bem-estar de seus conterrâneos, requer heroísmo e imensa dose de coragem.

Consideramos o cargo público como um posto de lutas e sacrifícios, e, não como uma sinecura para lisonjear a vaidade ou para defender interesses pessoais.

Estamos certos que o compromisso da atual administração de Campo do Tenente sempre foi cumprir o seu papel gestor, garantindo o desenvolvimento do município o bem-estar e a melhor qualidade de vida para a população.

Ao contentamento do povo honesto e trabalhador de Campo do Tenente, une-se o Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, como representante do povo, pois estamos felizes todos nós que vemos hasteada a bandeira da esperança no templo do progresso.

REQUERIMENTO Nº 2604

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Prefeito Irton Oliveira Muzel, reeleito pela coligação do PRB do município de Abatiá.

Requer ainda, que seja enviada correspondência para a Prefeitura Municipal.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2605

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Prefeito Marcos Antonio Voltarelli, reeleito pela coligação do PRB do município de Alvorada do Sul.

Requer ainda, que seja enviada correspondência para a Prefeitura Municipal.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2606

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Prefeito Marcos Mello, reeleito pela coligação do PRB do município de Colorado.

Requer ainda, que seja enviada correspondência para a Prefeitura Municipal.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2607

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Prefeito Anildo Alves da Silva, reeleito pela coligação do PRB do município de Foz do Jordão.

Requer ainda, que seja enviada correspondência para a Prefeitura Municipal.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2608

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Prefeito Zeca Dirceu, reeleito pela coligação do PRB do município de Cruzeiro do Oeste.

Requer ainda, que seja enviada correspondência para a Prefeitura Municipal.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2609

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Prefeito Helio Boçoen, reeleito pela coligação do PRB do município de Contenda.

Requer ainda, que seja enviada correspondência para a Prefeitura Municipal.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2610

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Prefeito Luiz Trapp, reeleito pela coligação do PRB do município de Jaguapitã.

Requer ainda, que seja enviada correspondência para a Prefeitura Municipal.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2611

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, à Prefeita Tina Tonetti, reeleita pela coligação do PRB do município de Jacarezinho.

Requer ainda, que seja enviada correspondência para a Prefeitura Municipal.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2612

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Prefeito Miguel Tadeu Sokulski, reeleito pela coligação do PRB do município de Porto Amazonas.

Requer ainda, que seja enviada correspondência para a Prefeitura Municipal.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2613

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Prefeito José Vitorino Prestes, reeleito pela coligação do PRB do município de Pinhão.

Requer ainda, que seja enviada correspondência para a Prefeitura Municipal.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2614

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Prefeito José Baka Filho, reeleito pela coligação do PRB do município de Paranaguá.

Requer ainda, que seja enviada correspondência para a Prefeitura Municipal.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2615

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Prefeito Alceste Iwanaga de Santana, reeleito pela coligação do PRB do município de Nova América da Colina.

Requer ainda, que seja enviada correspondência para a Prefeitura Municipal.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2616

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Prefeito Elias Carrer, reeleito pela coligação do PRB do município de Medianeira.

Requer ainda, que seja enviada correspondência para a Prefeitura Municipal.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2617

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Prefeito Valfrido Eduardo Prado, reeleito pela coligação do PRB do município de Quitandinha.

Requer ainda, que seja enviada correspondência para a Prefeitura Municipal.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2618

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Prefeito Fábio D'Alécio, reeleito pela coligação do PRB do município de Ubiratã.

Requer ainda, que seja enviada correspondência para a Prefeitura Municipal.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2619

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Prefeito Sinval Silva, reeleito pela coligação do PRB do município de Tibagi.

Requer ainda, que seja enviada correspondência para a Prefeitura Municipal.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2620

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Prefeito Luiz Antonio Liechocki, reeleito pela coligação do PRB do município de Siqueira Campos.

Requer ainda, que seja enviada correspondência para a Prefeitura Municipal.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2621

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Prefeito Luiz Carlos Gotardi, reeleito pela coligação do PRB do município de Salto do Lontra.

Requer ainda, que seja enviada correspondência para a Prefeitura Municipal.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2622

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Vereador Jeca, eleito pelo PRB do município de Itaperuçu.

Requer ainda, que seja enviada correspondência ao Vereador eleito.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2623

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Vereador Edinho, eleito pelo PRB do município de Coronel Domingos Soares.

Requer ainda, que seja enviada correspondência ao Vereador eleito.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2624

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Vereador Leo Som, eleito pelo PRB do município de Uraí.

Requer ainda, que seja enviada correspondência ao Vereador eleito.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2627

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa, seja oficiado ao Prefeito de Sarandi, Exmo. Sr. Aparecido Farias Spada e ao Presidente da Câmara Municipal, Exmo. Sr. Rafael Pszybylski, enviando ao mesmo votos de congratulações pela comemoração dos 27 anos do município.

O município foi emancipado em 1981 e apresentou os maiores índices de crescimento populacional do Paraná nos últimos anos, apresentando índices em torno de 5% ano. Hoje, com 80 mil habitantes, Sarandi responde por 16% do bolo populacional da região de Maringá.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2633

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após manifestação do soberano Plenário, seja consignado na ata desta Sessão votos de congratulações à Associação Sociedade Eticamente Responsável - SER, com sede em Maringá, associação sem fins econômicos e sem vinculação partidária que visa valorizar a cidadania e a ética, a SER foi fun-

dada em 27/03/04. Desde então, tem obtido êxito em suas iniciativas, sempre como objetivo de estimular o exercício da cidadania, do trabalho voluntário em projetos voltados à responsabilidade social, educação fiscal, educação ambiental, educação no trânsito, civismo, cultura, esporte, lazer e elaboração de projetos e atividades que estimulem o comportamento ético dos maringenses.

É, pois com grande alegria que esta Casa de Leis homenageia a Associação SER, destacando sua trajetória de sucesso e o fato de ter-se tornado instituição que orgulha não só os maringenses, mas todos os paranaenses e brasileiros.

Requer-se à Mesa Diretora o envio de cópia do presente documento ao Presidente da SER, Sr. Ricardo Costa Bruno, na sede dessa entidade.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO Nº 2640

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, em especial no artigo 131 do Regimento Interno, REQUER votos de congratulações ao Sr. Devalmir Molina Gonçalves, Prefeito eleito do município de Terra Rica.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2641

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, em especial no artigo 131 do Regimento Interno, REQUER votos de congratulações ao Sr. Sussumo Itimura, Prefeito reeleito do município de Uraí.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2642

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, em especial no artigo 131 do Regimento Interno, REQUER votos de congratulações ao Sr. Guilherme Saliba, Prefeito eleito do município de Tomazina.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2643

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, em especial no artigo 131 do Regimento Interno, REQUER votos de congratulações ao Sr. Hélio Belter, Prefeito reeleito do município de Tapira.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2644

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, em especial no artigo 131 do Regimento Interno, REQUER votos de congratulações ao Sr. Luiz Antônio Luchocki, Prefeito reeleito do município de Siqueira Campos.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2645

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, em especial no artigo 131 do Regimento Interno, REQUER votos de congratulações à Sra. Vera Lúcia da Silva, Prefeita eleita do município de Sapopema.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2646

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, em especial no artigo 131 do Regimento Interno, REQUER votos de congratulações ao Sr. Adevilson Lourenço de Gouveia, Prefeito eleito do município de Sebastião da Amoreira.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2647

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, em especial no artigo 131 do Regimento Interno, REQUER votos de congratulações ao Sr. Dirceu Bona, Prefeito reeleito do município de São José da Boa Vista.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2648

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, em especial no artigo 131 do Regimento Interno, REQUER votos de congratulações ao Sr. Carlos Sutil, Prefeito reeleito do município de São Jerônimo da Serra.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2649

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, em especial no artigo 131 do Regimento Interno, REQUER votos de congratulações ao Sr. José Carlos Lavangnole, Prefeito eleito do município de Santa Isabel do Ivaí.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2650

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, em especial no artigo 131 do Regimento Interno, REQUER votos de congratulações ao Sr. José Maria Fernandes, Prefeito eleito do município de Santa Cruz do Monte Castelo.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2651

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, em especial no artigo 131 do Regimento Interno, REQUER votos de congratulações ao Sr. Edimar Aparecido Pereira dos Santos, Prefeito reeleito do município de Santa Cecília do Pavão.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2652

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, em especial no artigo 131 do Regimento Interno, REQUER votos de congratulações ao Sr. Roderjan Luiz Inforzato, Prefeito reeleito do município de Santa Amélia.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2653

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, em especial no artigo 131 do Regimento Interno, REQUER votos de congratulações ao Sr. Agnaldo Luis Schischetti, Prefeito eleito do município de Roncador.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2654

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, em especial no artigo 131 do Regimento Interno, REQUER votos de congratulações ao Sr. Vicente Solda, Prefeito eleito do município de Rio Azul.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2655

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, em especial no artigo 131 do Regimento Interno, REQUER votos de congratulações ao Sr. Geraldo Maurício Araújo, Prefeito eleito do município de Ribeirão Claro.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2656

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, em especial no artigo 131 do Regimento Interno, REQUER votos de congratulações ao Sr. Luiz Zak, Prefeito eleito do município de Rebouças.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2657

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, em especial no artigo 131 do Regimento Interno, REQUER votos de congratulações ao Sr. Dalvo Lúcio Moreira, Prefeito reeleito do município de Rancho Alegre.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2658

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, em especial no artigo 131 do Regimento Interno, REQUER votos de congratulações ao Sr. Efrain Bueno Moraes, Prefeito reeleito do município de Quatiguá.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2659

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, em especial no artigo 131 do Regimento Interno, REQUER votos de congratulações ao Sr. Gilvan Wilson Santini, Prefeito eleito do município de Prudentópolis.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2660

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, em especial no artigo 131 do Regimento Interno, REQUER votos de congratulações ao Sr. Claudemir Valério, Prefeito eleito do município de Nova Santa Bárbara.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2661

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, em especial no artigo 131 do Regimento Interno, REQUER votos de congratulações ao Sr. Nilson Xavier, Prefeito eleito do município de Nova Fátima.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2662

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, em especial no artigo 131 do Regimento Interno, REQUER votos de congratulações à Sra. Maria Ângela Silveira Benatti, Prefeita reeleita do município de Nova Esperança.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2663

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, em especial no artigo 131 do Regimento Interno, REQUER votos de congratulações ao Sr. Alceste Iwanaga de Santana, Prefeito reeleito do município de Nova América da Colina.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2664

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, em especial no artigo 131 do Regimento Interno, REQUER votos de congratulações ao Sr. Claudio Revelino, Prefeito eleito do município de Joaquim Távora.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2665

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, em especial no artigo 131 do Regimento Interno, REQUER votos de congratulações ao Sr. João Renato Custódio, Prefeito reeleito do município de Japira.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2666

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, em especial no artigo 131 do Regimento Interno, REQUER votos de congratula-

ções ao Sr. Otélio Renato Baroni, Prefeito eleito do município de Jaguariaíva.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2667

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, em especial no artigo 131 do Regimento Interno, REQUER votos de congratulações ao Sr. Amarildo Tostes, Prefeito eleito do município de Itambaracá.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2668

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, em especial no artigo 131 do Regimento Interno, REQUER votos de congratulações ao Sr. Luiz Carlos dos Santos, Prefeito reeleito do município de Ibaiti.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2669

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, em especial no artigo 131 do Regimento Interno, REQUER votos de congratulações ao Sr. Eduí Gonçalves, Prefeito reeleito do município de Guapirama.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2670

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, em especial no artigo 131 do Regimento Interno, REQUER votos de congratulações ao Sr. Irton Oliveira Muzel, Prefeito reeleito do município de Abatiá.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2671

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, em especial no artigo 131 do Regimento Interno, REQUER votos de congratulações ao Sr. Luiz Fernando de Mais, Prefeito reeleito do município de Arapoti.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2672

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de

suas prerrogativas regimentais, em especial no artigo 131 do Regimento Interno, REQUER votos de congratulações ao Sr. Miguel Ângelo Bom Tempo, Prefeito reeleito do município de Assaí.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2673

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, em especial no artigo 131 do Regimento Interno, REQUER votos de congratulações ao Sr. Celso Silva, Prefeito eleito do município de Bandeirantes.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2674

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, em especial no artigo 131 do Regimento Interno, REQUER votos de congratulações ao Sr. José Salim Haggi Neto, Prefeito reeleito do município de Cambará.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2675

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, em especial no artigo 131 do Regimento Interno, REQUER votos de congratulações ao Sr. Isaac Tavares da Silva, Prefeito reeleito do município de Carlópolis.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2676

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, em especial no artigo 131 do Regimento Interno, REQUER votos de congratulações ao Sr. Luciano Merhy, Prefeito reeleito do município de Congonhinhas.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2677

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, em especial no artigo 131 do Regimento Interno, REQUER votos de congratulações ao Sr. Amim José Hannouche, Prefeito reeleito do município de Cornélio Procopio.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2678

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, em especial no artigo 131 do Regimento Interno, REQUER votos de congratulações ao Sr. Márcio da Aparecida Mainardes, Prefeito reeleito do município de Curiúva.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2679

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, em especial no artigo 131 do Regimento Interno, REQUER votos de congratulações ao Sr. Edson Luiz Ratti, Prefeito reeleito do município de Florai.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2680

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, em especial no artigo 131 do Regimento Interno, REQUER votos de congratulações ao Sr. Rui Machado, Prefeito eleito do município de Guamiranga.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2686

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de congratulações, ao Dr. Isomar Sadi Kasper.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Dr. Isomar Sadi Kasper, Diretor Administrativo do Hospital Angelina Caron, tradicional hospital localizado no município de Campina Grande do Sul.

Atuando há mais de 20 anos na área da Saúde, prestando relevantes serviços à comunidade paranaense.

Destacamos a sua dedicação no atendimento dos pacientes, em especial dos mais carentes, procurando amenizar o sofrimento, proporcionando um atendimento digno e de qualidade.

REQUERIMENTO Nº 2687

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, à Superintendente do Park Shopping Barigui, Sra. Jacqueline Vieira de Lemos.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao trabalho desenvolvido pela Sra. Jacqueline Vieira Lemos, Superintendente do Park Shopping Barigui, pela sua extremada competência profissional e capacidade administrativa atuando na Superintendência, deste que é um dos mais importantes centros de comércio da capital paranaense e que sempre tem destacado a relevância de nossa capital, nas atividades e realizações do Park Shopping Barigui.

REQUERIMENTO Nº 2688

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Sr. Wilson Picler.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Wilson Picler, ex-atleta de basquetebol, graduado em Física pela Universidade Federal do Paraná, mestre em Engenharia Biomédica pela UNICAMP e Diretor-Presidente do grupo educacional UNINTER, onde entrou para a história como pioneiro na interiorização da pós graduação no Brasil em grande escala, mudando destinos, de quem quer mudá-los, por meio da educação, acreditando que o estado tem de garantir o melhor da escola, da infantil até o segundo grau, tudo de qualidade, o ensino superior oficial deve destinar-se à formação de pesquisadores em ciência e tecnologia e o superior das escolas privadas, tem de garantir profissionais bem equipados para o mercado de trabalho, assim acredita que, promover a inclusão social por meio da educação de qualidade, mas não eletizante, é o objetivo maior de sua vida.

REQUERIMENTO Nº 2689

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, à Litoclínica de Curitiba.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Litoclínica de Curitiba, na pessoa do Dr. Sandro A. C. Ziesemer, que presta relevantes serviços à sociedade na área de tratamento de cálculo renal, proporcionando aos seus pacientes, eficiente trabalho de acompanhamento e ações terapêuticas, visando suprimir a recorrência preventiva e evitar que os cálculos existentes cresçam, com estratégias preventivas como a modificação da dieta e uso de medicamentos, realizando sequência de exames para avaliar a eficiência da ação terapêutica e estimular o tratamento contínuo.

REQUERIMENTO Nº 2690

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao professor Cristovão Tezza.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao professor Cristovão Tezza, mestre da língua portuguesa, área que leciona na Universidade Federal do Paraná, romancista intuitivo, que escreve o que vê, de alma existencialmente contestatória, escritor de origem, lingüista de formação, premiado várias vezes pelas suas obras, na área acadêmica editou livros didáticos, publicando eventualmente resenhas e textos críticos, destaque da literatura brasileira atual, recebeu este ano o mais tradicional prêmio das letras nacionais, o Prêmio Jabuti da Câmara Brasileira do Livro, pelo romance O Filho Eterno, o melhor do ano.

REQUERIMENTO Nº 2691

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Rotary Club de Santa Felicidade, na pessoa de seu Presidente Wilson Maniero pelos 30 anos de existência.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Rotary Club de Santa Felicidade na pessoa de seu Presidente Wilson Maniero pelos 30 anos de existência, sempre lutando em prol da comunidade, com ações de interesse de toda uma sociedade carente de solidariedade, de saúde, de educação e cidadania, com ações operacionais, alicerçadas na ética, colaborando com órgãos públicos, entidades do terceiro setor e parceiros Rotarianos, no compromisso de sensibilizar a sociedade como um todo, assumindo seu papel filantrópico e de difusor das causas mais justas a que uma sociedade tem direito, este é o papel do Rotary e dos Rotarianos que tem seu Presidente Wilson Maniero, o maior incentivador, colaborador e realizador de sonhos, metas estas que norteiam a todos que do Rotary fazem parte.

REQUERIMENTO Nº 2692

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao jornalista Laurentino Gomes.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao jornalista Laurentino Gomes, formado pela Universidade Federal do Paraná, com pós-graduação em Administração pela Universidade de São Paulo e cursos na Universidade de Cambridge, na Inglaterra, e Vanderbilt, nos Estados Unidos, em 30 anos de profissão trabalhou como repórter e editor para alguns dos principais veículos de comunicação do Brasil, como escritor conquistou um dos prêmios mais cobiçados da literatura brasileira, o Prêmio Jabuti, concedido pela Câmara Brasileira do Livro, pelo livro-reportagem 1808 - Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil, sua obra de estréia na literatura.

REQUERIMENTO Nº 2693

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Grupo Silvio Santos pelos 50 anos de fundação.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Grupo Silvio Santos pelos 50 anos de fundação, que surgiu com a venda do carnê do Baú da Felicidade e em seguida, uma das mais importantes redes de televisão do Brasil, o Sistema Brasileiro de Televisão - SBT, que hoje conta com filiadadas por todo o território nacional, com uma programação variada, que satisfaz a grande maioria da população brasileira, o grupo hoje reúne 34 empresas, emprega 12 mil funcionários, sob o comando do apresentador-empresário Silvio Santos, reinventor de seus negócios, que começa a implementar seus projetos de expansão do grupo nas áreas de varejo, cosméticos, imobiliários, além dos já consolidados negócios na área de seguros, hotelaria e capitalização.

REQUERIMENTO Nº 2694

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Sr. José Juarez Martins Presidente da Associação dos Deficientes Visuais do Paraná.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. José Juarez Martins, Presidente da Associação dos Deficientes Visuais do Paraná, que realiza grande trabalho frente a Associação, integrando pessoas com deficiência visual, debatendo sobre a acessibilidade dessas pessoas, promovendo talentos através do Fórum Nacional da Pessoa com Deficiência Visual, evento que veio a premiar a sua administração frente a Associação.

REQUERIMENTO Nº 2695

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, a Sra. Terezinha Guilhermina.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Terezinha Guilhermina que resolveu praticar esporte quando ganhou um tênis de sua irmã e começou a correr, desde então não parou mais, no início da carreira a atleta ainda enxergava, corria maratona, em Atenas ganhou bronze nos 800 metros, hoje é a velocista cega mais rápida do mundo e atualmente detém o recorde mundial das provas de 100 e 400 metros, em 2006 foi eleita atleta paraolímpica do ano pelo Comitê Olímpico Brasileiro, nos jogos Parapanamericanos, no Rio de Janeiro, em 2007, foi ouro nos 100 e nos 200 metros, nas Olimpíadas de Pequim atingiu o auge de sua carreira conquistando três medalhas, sendo uma de ouro nos 200 metros, uma de prata nos 100 metros e uma de bronze nos 400 metros.

REQUERIMENTO Nº 2696

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Sr. Eliseu dos Santos.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Eliseu dos Santos, atleta que começou a treinar bocha em 2005, por ser uma modalidade que requer mais técnica do que força, uma de suas conquistas no esporte foi o 2º lugar na Copa do Mundo do Canadá, onde conseguiu uma medalha que o Brasil ainda não tinha, além da medalha de bronze na competição em duplas, na Copa América e o título de campeão brasileiro em 2006, em junho de 2007 ganhou uma medalha de prata no mundial de bocha adaptada que aconteceu em Vancouver, Canadá, que lhe garantiu uma vaga para as paraolimpíadas de Pequim onde conquistou uma medalha de ouro por equipe e outra de bronze na categoria individual.

REQUERIMENTO Nº 2697

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Sr. Luiz Algacir Vergílio da Silva

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Luiz Algacir Vergílio da Silva, atleta colecionador de medalhas e títulos no tênis de mesa, no Parapan de 2007 tornou-se tetra campeão por equipe, melhor atleta do Brasil em sua categoria, foi eleito por duas vezes consecutivas o melhor jogador cadeirante das Américas, além de ter conquistado o 1º lugar no individual do Euro Champ Table Tennis Tournament na Holanda, em 2004, nas paraolimpíadas de Pequim conseguiu uma medalha inédita para o Brasil em tênis de mesa, a prata em equipes.

REQUERIMENTO Nº 2698

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Sr. Welder Camargo Knaf.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Welder Camargo Knaf, analista de sistema que optou pelo tênis de mesa para desenvolver a velocidade, técnica e raciocínio, apesar de treinar sem técnico, desenvolveu uma qualidade no tênis de mesa que lhe garantiu na sua estréia internacional no Parapan de 2003, uma medalha de ouro por equipes e, nos jogos Parapan-americanos de 2007, no Rio de Janeiro, uma medalha de prata na disputa individual e ouro por equipes e mais recentemente uma medalha de prata jogando em equipes nas paraolimpíadas.

REQUERIMENTO Nº 2699

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, a Sra. Sirlene Aparecida Guilhermino.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Sirlene Aparecida Guilhermino, paratleta que no Parapan conquistou as medalhas de ouro nos 800 metros, prata nos 100 metros e bronze no salto em distância, uma das representantes paranaenses nas Olimpíadas de Pequim, que participou das provas dos 200, 400 e 800 metros, mostrando sua garra e determinação na busca de um ideal e no orgulho de representar o estado do Paraná e o Brasil.

REQUERIMENTO Nº 2700

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, a Diretora Evanilde Maoski Valaski.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Diretora Evanilde Maoski Valaski, que frente a Escola Municipal Professora Leovanil Camargo - Ensino Fundamental, vem realizando um trabalho excelente no que diz respeito ao ensino de qualidade, proporcionando a sua comunidade conhecimento e oportunidade de inserção social, através de atividades extra classe e eventos como a Literarte - Literatura e Arte, buscando despertar o interesse dos moradores de Tijucas do Sul para as apresentações artísticas e literatura.

REQUERIMENTO Nº 2701

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Irmão Virgílio Josué Balestro.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Irmão Virgílio Josué Balestro, professor com grande preparo pedagógico e didático, formado em Economia pela Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas, integrada à Universidade Federal de Santa Maria, Ciências Jurídicas pela Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre e Letras pela Pontifícia Católica do Paraná, pós-graduado pela Sorbonne e poliglota, foi colaborador na imprensa de Porto Alegre atuando em diversos jornais e tradutor de várias obras, em geral de temas da Congregação Marista, emprestou seus conhecimentos à correção de textos e originais de livros, recentemente teve o seu livro *Samurai e Bandeirantes - Contrastes e Confrontos Inexoráveis* publicado por um grupo de ex-alunos, valendo-se do Centenário da Imigração Japonesa, com ponderações teológicas e filosóficas sobre os dois países de forma abrangente, mostrando seus extremos e suas contradições.

REQUERIMENTO Nº 2702

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, a Federação do Comércio do Paraná pelo lançamento do livro *O Comércio no Paraná - Uma História de Conquistas*.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Federação do Comércio do Paraná pelo lançamento do livro *O Comércio no Paraná - Uma História de Conquistas*, de autoria de José Luiz Carvalho e Aimoré Índio do Brasil, obra que filia-se ao Projeto de Resgate da Memória do Comércio do Paraná, empreendimento pelo Sistema Fecomércio/PR, que tem como proposta retratar a história do comércio no estado desde os primeiros momentos da atividade, embasado em sólida pesquisa, história a importância da atividade comercial do Paraná, valorizando os empreendedores que contribuíram sobremaneira para o progresso de nosso estado.

REQUERIMENTO Nº 2703

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, a Dom Fernando José Penteado, DD. Bispo Diocesano de Jacarezinho.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Dom Fernando José Penteado, DD. Bispo Diocesano de Jacarezinho, formado em Filosofia e Teologia pelo Seminário da Imaculada Conceição em Ipiranga, interior de São Paulo, foi professor no Seminário Menor de São Roque, Vigário nas Paróquias de São Benedito e Verbo Divino, Vigário Episcopal da região de Santo Amaro, todas no interior de São Paulo, tendo sido depois Bispo Auxiliar na capital, assumindo posteriormente, em junho de 2000, a Diocese de Jacarezinho, como Bispo Diocesano, onde realiza o seu trabalho de evangelização da comunidade.

REQUERIMENTO Nº 2704

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, a Sra. Veridiana Maranhão.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Veridiana Maranhão, gerente da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer na regional Bairro Novo, que realiza um excelente trabalho junto à comunidade, proporcionando lazer e esporte a população da região, divulgando a Lei de Incentivo ao Esporte, dando e recebendo apoio das Associações de Bairro, propiciando a iniciação esportiva e atividades recreativas aos jovens e a comunidade em geral.

REQUERIMENTO Nº 2705

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, a Dra. Ana Claudia Dambiski.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Dra. Ana Claudia Dambiski, médica nefrologista, atuante na Santa Casa de Curitiba, lutadora que procura desmistificar o transplante de órgãos, mostrando aos potenciais doadores, a necessidade de quem vive o drama da busca por um órgão, e a estes prestando assistência da melhor qualidade, cumprindo a missão de assistir a população de Curitiba com seus vastos conhecimentos e sua dedicação.

REQUERIMENTO Nº 2706

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, a Desembargadora Lélia Samardã Monteiro Negrão Giacomet.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Desembargadora Lélia Samardã Monteiro Negrão Giacomet, que assume vaga no Tribunal de Justiça do Paraná, levando sua experiência conquistada em comarcas do interior e da capital, dignificando com seu trabalho a carreira de magistrada, demonstrando seu empenho e dedicação à causa da Justiça, cumprindo com responsabilidade e honradez as suas funções jurisdicionais.

REQUERIMENTO Nº 2707

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Monsenhor Vicente Vítola.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Monsenhor Vicente Vítola, por ocasião da comemoração dos seus 90 anos.

Destacamos seu trabalho exaustivo em prol da comunidade paranaense, em especial a dedicação na área da comunicação, e graças ao seu trabalho com o apoio de Dom Pedro Fedalto, em setembro de 1973, com a Arquidiocese de Curitiba, foi criada a Fundação Nossa Senhora do Rocio que adquiriu a Rádio Clube Paranaense. Desde então, a programação a cada dia tem sido aprimorada, acrescentando-se às metas de divertir e educar e a de evangelizar o povo brasileiro.

O Monsenhor Vicente Vítola é o Padre mais idoso da Arquidiocese de Curitiba e atualmente auxilia o Padre Gabriel Figura, na Paróquia Nossa Senhora das Dores.

REQUERIMENTO Nº 2681

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante firmado, facultado pelas prerrogativas regimentais desta Casa Legislativa, REQUER, após a devida anuência do Plenário, seja enviado ofício ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes solicitando a recuperação, o mais rápido possível, dos seguintes trechos rodoviários:

1 - trecho rodoviário da PRT-467 - sede municipal de Marechal Cândido Rondon, via sede distrital de Iguaporã, até a sede distrital de Porto Mendes; e

2 - o trecho rodoviário da PR-495, compreendido do trevo na sede distrital de Iguaporã, no município de Marechal Cândido Rondon, via sedes municipais de Pato Bragado e Entre Rios do Oeste, até a sede distrital de São Clemente, no município de Santa Helena.

A recuperação do asfalto das pistas de rolamento desse dois trechos rodoviários é diuturnamente reclamada pela população local, condutores de veículos, turistas, por causa da precariedade que existe há muito tempo.

A deterioração da pavimentação asfáltica é quase total com um quadro de buracos e desníveis sucessivos ao longo dos trechos assinalados. O que resulta num trânsito

moroso e, sobretudo, altamente inseguro e oneroso. E, de via, implicando em prejuízos significativos.

Por isso é necessário, sem demora, fazer a recuperação dos dois trechos rodoviários para evitar mais prejuízos e dificuldades.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 2682

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante firmado, facultado pelas prerrogativas regimentais desta Casa Legislativa, REQUER, após a devida anuência do Plenário, seja enviado ofício ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes solicitando a recuperação, o mais urgente possível, do trecho rodoviário da PR-491, que demanda da sede municipal de Marechal Cândido Rondon, via sede municipal de Nova Santa Rosa, até o entroncamento com a PR-182, no município de Maripá.

A recuperação desse trecho rodoviário tem necessidade imediata, pois a deterioração da pavimentação asfáltica é quase total. Toda sua extensão é uma sucessão de buracos e desníveis. O que torna o trânsito extremamente dificultoso para quem precisa andar por essa rodovia e, sobretudo, oneroso - gasta-se muito tempo para fazer o trajeto e enorme risco de danos ao veículo - sem contar a insegurança a que o condutor está sujeito a todo o momento.

Soma-se a isso, o expressivo prejuízo que o péssimo estado da rodovia também traz para a economia regional. A mais prejudicada, sem dúvida, é a produção agropecuária em todos os seus segmentos - desde o pequeno produtor de leite, produtor de hortalças, empreendimentos de suinocultura e avicultura (na região concentram-se dezenas de estabelecimentos de suínos de corte e frango de corte) até os produtores de cereais.

E, não resta incerteza, se há prejuízos no escoamento da produção, isso implica de modo indireto em prejuízos, e não pequenos, a toda sociedade regional e, de via, ao estado.

Como a recuperação do citado trecho rodoviário precisa ser feito - o apelo que se faz é para ser imediato -, requer-se, desde já, que quando for feita a recomposição pretendida também sejam construídos os acostamentos em toda a sua extensão, nos dois sentidos, a fim de propiciar segurança àqueles que trafegam por aquele trecho rodoviário, bem como uma segurança maior para os maquinários agrícolas que se deslocam naquela rodovia.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 2639

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM ao Sr. Secretário de Estado da Fazenda - SEFA, Dr. Heron Arzua, após ouvido o douto Plenário,

informações relativas ao número de contribuintes inscritos no Cadastro Estadual, CAD-ICMS e à arrecadação do ICMS, no idêntico período considerado para efeito de elaboração da proposta objeto da Mensagem 31/09 - 2007 e janeiro a agosto de 2008, conforme segue (somente números e sem a identificação dos contribuintes, de modo a não afetar o sigilo fiscal que lhes é assegurado nos termos do artigo 198 do Código Tributário Nacional):

1. Qual o número total de contribuintes do ICMS no estado?

2. Quantos, atualmente, estão incluídos no regime simplificado estadual? Especificar quantos em cada faixa.

3. Quantos são os contribuintes (diretos) do ICMS, em relação a prestação de serviços de comunicação, o fornecimento de energia elétrica ou a comercialização de gasolina, álcool anidro para fins combustíveis, fumo, cigarros, cerveja, e demais bebidas alcoólicas. Informar separadamente em relação a cada um destes produtos/bens.

4. Qual a arrecadação do total do ICMS?

5. Qual a arrecadação deste imposto que corresponde às empresas enquadradas no Simples estadual, especificando quanto em cada faixa?

6. Qual a arrecadação proveniente dos contribuintes enquadrados no regime normal de tributação?

7. Qual a arrecadação proveniente dos contribuintes enquadrados no regime de substituição tributária? Quais são os produtos/serviços cuja comercialização/prestação estão submetidos a esse regime?

8. Qual a arrecadação proveniente da circulação ou fornecimento das mercadorias ou da prestação dos serviços arrolados no item 3. Informar separadamente cada um: energia, comunicação, gasolina, álcool anidro para fins combustíveis, cigarros, bebidas alcoólicas.

9. Qual a arrecadação do setor supermercadista e qual o impacto da medida legislativa proposta através da Mensagem 31/08 neste segmento econômico?

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(aa) Edgar Bueno, Douglas Fabrício, Augustinho Zucchi, Reni Pereira, Ademar Traiano, Durval Amaral, Elio Rusch, Valdir Rossoni, Rosane Ferreira, Luiz Accorsi, Cida Borghetti e Pastor Edson Praczyk.

REQUERIMENTO Nº 2683

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após o ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, Luiz Forte Netto, solicitando seja encaminhado a este Parlamentar os seguintes documentos e informações, referentes à construção da nova estação rodoviária no município de Ponta Grossa:

- Como ocorreu o processo de liberação de recursos?

- Qual foi a forma, escala de pagamento e o valor dos recursos liberados?

- A empreiteira que executou a obra cumpriu todos os prazos das etapas da construção?

- Já foram concluídos todos os pagamentos da obra à empreiteira?

- Existe alvará de funcionamento da obra?

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) JOCELITO CANTO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 409/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Institui no calendário oficial do estado do Paraná, o dia 15 de novembro como o Dia da Umbanda e do Umbandista.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa instituir no calendário oficial do estado do Paraná, o dia 15 de novembro como o Dia da Umbanda e do Umbandista.

As raízes da Umbanda estão na fusão da cultura da ancestralidade indígena com a da africana, tendo ela sido primeiramente manifestada em uma sessão kardercista a 15/11/1908, através do médium Zélio Fernandino de Moraes, que através de seus Guias Mentores, deu início a uma nova doutrina espiritual, a qual denominou-se Umbanda.

A Umbanda nasceu de diversas seitas africanas trazidas ao Brasil durante a escravidão. Ocorre que muitas transformações ocorreram abrileirando esta cultura africana através do sincretismo com os Santos da Igreja Católica.

Salientamos ainda que, o uso da palavra Umbanda como religião, apesar de surgida no início do século 20, só foi oficializada na década de 30, face promulgação da legislação em 1934, que permitiu atuação livre, apesar de discriminada. Em 1939 foi fundada a Federação Espírita de Umbanda, alterando seu nome em 1947 para União Espiritista de Umbanda no Brasil. O vocabulário “aumban-dan”, abasileirado para Umbanda, teve origem na língua Abanheenga, do tronco Tupy, e que significa o conjunto de leis divinas.

Cabe ressaltar que a umbanda é uma religião genuinamente brasileira. É uma manifestação religiosa baseada na caridade, na igualdade entre os seus filhos e no cuidado para com os humildes, visando sempre ao bem e à evolução espiritual.

O artigo 5º da Constituição Federal assegura que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros

residentes no país o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e a propriedade.

No inciso VI do artigo 5º da Carta Magna lê-se: *É inviolável a liberdade de crença tendo assegurado o livre exercício religioso e garantida na forma da lei a proteção aos locais de culto e suas liturgias.*

O parágrafo 1º do artigo 215 deixa muito bem claro que: *Art. 215. Estado garantirá a todos pleno exercício dos direitos culturais, acesso a fontes de cultura nacional e apoiará e incentivará a difusão das manifestações culturais.*

§ 1º O estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e Afro Brasileiras e dos outros participantes do processo civilizatório nacional.

A Lei Federal nº 7716 de 05/01/1989 em seu artigo 1º diz: *Serão punidos na forma desta lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.*

Tem o presente projeto de lei a intenção de instituir de maneira oficial no calendário de datas e eventos estaduais o Dia da Umbanda e do Umbandista, que será comemorado no dia 15 de novembro.

PROJETO DE LEI Nº 410/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Torna obrigatório a todas as escolas das redes pública estadual e privada, a instalação de filtros de combate a conteúdo pornográfico em seus equipamentos de informática.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14/10/08.
(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei, que visa a obrigatoriedade das escolas das redes públicas estadual e privada, instalarem filtros de combate a conteúdos pornográficos em seus equipamentos de informática.

É de grande alcance educacional e social, pois visa impedir que crianças e jovens que estejam frequentando aulas tenham acesso a sites de conteúdo pornográfico.

A medida visa preservar a atenção dos alunos durante o período que estiverem dentro das escolas, evitando distrações que prejudicam seu aprendizado.

Sendo assim contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

O primeiro orador inscrito é o Deputado Stephanes Júnior, a quem concedemos a palavra.

Deputado Stephanes Júnior (PMDB)

O SR. STEPHANES JÚNIOR

Deputado Nelson Justus, nosso Presidente, membros da Mesa, nosso Capitão Jonas Guimarães.

Hoje não tenho com quem pegar um gancho, mas quero começar falando a respeito de um assunto muito sério que aconteceu ontem no CEASA e esse assunto aborda a área da Segurança. Há aproximadamente um mês e meio ou dois meses os seguranças da CEASA que utilizavam armas foram proibidos de utilizá-las e isso gerou um caos muito grande na CEASA, que é um local frequentado por aproximadamente 20 mil pessoas por dia, que são comerciantes pequenos e produtores rurais diretamente, que vão lá abastecer mercados, quitandas e mercearias com hortifrutigranjeiros.

Desde essa mudança, há um mês e meio ou dois meses, quando foi proibido o porte de arma, todo dia ocorrem, em média, dois assaltos lá. Já houve algumas mortes e ontem mais uma morte aconteceu no CEASA: a pessoa foi lá, matou um chapa - que é aquele carregador do carrinho - e ainda, para sair do local, deu um tiro em um senhor de 60 anos de idade para sair com a bicicleta. E não há, por parte da CEASA e dos seus seguranças, o que fazer, se não tiverem o porte de arma, porque eles não têm condições de tomar conta de um local que é uma cidade, pois são 20 mil pessoas que frequentam, a Polícia Militar não fica lá dentro e os seguranças estão proibidos, por uma resolução do Governador, de terem o porte de arma. Não faz sentido! São pessoas treinadas, são pessoas preparadas e que desde que houve essa mudança, deixou a CEASA numa insegurança muito grande. Sabem o que é todo o dia, nesses 45 dias em que foi proibido o porte de arma, ter tido em média dois assaltos à mão armada dentro da CEASA, quando não aconteceria um por mês? Ou seja, tem que se mudar isso!

Então, queria pedir aos meus colegas Deputados, principalmente os mais próximos do Governador, como o Deputado Caíto, o Dobrandino ou o Romanelli, para que conversem com ele para que mude essa postura, porque isso gerou muita insegurança dentro da CEASA e com algumas mortes, ontem houve a quarta morte, sendo uma média de dois assaltos diários e tudo isso dentro da CEASA.

Então, queria que isso fosse revisto. Por isso, vim à tribuna pedir para que o porte de arma seja novamente permitido para os vigilantes, os seguranças dentro da CEASA. É uma cidade de 20 mil pessoas que hoje não tem segurança e não há o que fazer, porque a pessoa chega armada lá e o rapaz, com um cacete, não tem o que fazer.

Então, é preciso uma mudança. Já abordei outros temas da CEASA aqui, que é a questão da falta de estrutura que precisa ser melhorada, mas essa questão da insegurança é algo novo, que aconteceu há 45 dias com essa proibição dos seguranças terem porte de arma, quando o Governador fez uma resolução proibindo que os vigilan-

tes tivessem porte de arma dentro da CEASA. Isso tem que mudar, porque gerou muita insegurança.

Por falar em insegurança, daí um tema não mais do estado e nem de Curitiba, mas a nível de Brasil que eu queria abordar também. Temos visto uma situação preocupante na América do Sul com relação aos cidadãos brasileiros e com relação as empresas brasileiras e até estatais brasileiras. Acho que o Governo do Brasil tem que mudar a postura. Estou falando como paranaense, como cidadão, como Deputado Estadual, que vê com preocupação o que aconteceu no Equador, aonde a Andrade Gutierrez teve seus bens confiscados, seus funcionários detidos com força física, lá a PETROBRAS está sendo ameaçada de ser desapropriada, estatizada. E a postura do Governo brasileiro é de não, deixa acontecer. Acho que tem que ter uma postura muito mais enérgica. Já aconteceu isso na Bolívia com a PETROBRAS, o Evo Morales chegou lá, um exército foi na PETROBRAS, cercou e não indenizou o Brasil até hoje, tomou e não indenizou o país.

Agora os brasiguaios na fronteira com o Paraná, o Dobrandino deve saber muito bem, o Reni Pereira também, o Chico Noroeste, estão tendo problemas, eles compraram as terras, já estão lá há 20, 30 anos, seus filhos já nasceram no Paraguai, estão sendo hostilizados fisicamente, estão com ameaça real de desapropriação das suas terras, e além disso já estão sendo invadidas as suas propriedades por chamados campesinos, e o Governo do Brasil também não faz nada. São 300 mil brasileiros, os chamados brasiguaios, que moram na fronteira com o Brasil e que estão sendo hostilizados fisicamente e agora também com projetos de lei para desapropriar as suas áreas. Ou seja, é uma postura de como o Governo do Brasil fala assim: "Não, não tem problema, corre solto".

As empresas brasileiras estão começando a ter problemas aqui, e são empresas sérias, a estatal PETROBRAS está com problemas sérios em função da postura do Governo, e agora o cidadão brasileiro, o pequeno agricultor que comprou terra no Paraguai, está com ameaça de desapropriação, de invasão e com hostilidade física.

Então, queria pedir aos meus colegas, ao Deputado Federal Ricardo Barros, nos ajudem nesse problema, porque a postura do Ministério Público das Relações Exteriores do Brasil está muito fraca. E os cidadãos, aqui na fronteira do Paraná, estão sendo hostilizados fisicamente, o Correio agora no Equador, hostilizando, empresa privada, a própria PETROBRAS, e o Evo Morales o que fez? Ainda não pagou. Já tomou a empresa, até com uso da força armada da Bolívia.

Então, queria pedir que o Brasil tomasse uma postura, não de confronto, mas uma postura firme no sentido de preservar os cidadãos, as empresas e os interesses do Brasil que são corretos, são legais e que geram emprego e renda aonde eles estão trabalhando.

Era isso que eu queria falar sobre a CEASA e sobre a postura do Governo brasileiro a nível de exterior, principalmente nos conflitos que estão acontecendo que

são injustificáveis, com os nossos cidadãos e empresas aqui na América do Sul.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta Presidência, a pedido da Deputada Cida Borghetti, anuncia com satisfação a presença do Deputado Ricardo Barros nesta Casa. Seja bem-vindo, Deputado. De igual maneira o Prefeito eleito de Engenheiro Beltrão, Elias Lima, a pedido do Deputado Accorsi, da Deputada Cida; bem como Vereador Zezinho, lá de Pinhais, seja bem-vindo Vereador, companheiro do Deputado Professor Luizão.

Segundo orador inscrito, Deputado Reni Pereira.

Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Aproveitando os cumprimentos aos Prefeitos e Vereadores eleitos, quero cumprimentar também o professor Agnaldo, que faz visitas hoje a esta Casa, ele que foi eleito Prefeito da cidade de Roncador no último pleito e já está se deslocando para Brasília, com certeza buscando recursos para aquele município, que mostra a vontade desses novos Prefeitos eleitos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, agora há poucos minutos acabou a reunião da Comissão de Constituição e Justiça, onde deliberamos sobre as Audiências Públicas que aquela comissão fará no interior do estado do Paraná, a começar pela região oeste, sudoeste, depois região norte e capital.

Um debate que veio à tona é: o que será debatido nessas Audiências Públicas? Tenho em vista que a CCJ é uma Comissão Técnica, não vai discutir o mérito. E, chegamos a conclusão que a Comissão tem que levar para o interior do estado do Paraná e ouvir a população, os setores produtivos, comerciais, para que possam formular seus questionamentos em relação à proposta de reforma tributária.

E um alerta que foi feito pelo Líder do Governo, e muito prudente nesta hora, que não façamos uma colcha de retalhos dessa proposta do Governo. Mas temos a obrigação de levar à discussão sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal em toda alteração tributária. Que é a compensação financeira pela perda de arrecadação naqueles produtos que irão baixar de 18 para 12.

Esse debate técnico tem que ser feito, sim, no interior do estado do Paraná. Até porque, aumentando o ICMS sobre a energia elétrica, a arrecadação virá. Se o consumidor não pagar a sua fatura de energia elétrica, no segundo mês corta-se a sua energia e para religar terá que pagar junto o ICMS. É esse debate técnico que temos que fazer. Quanto teremos que aumentar? Há necessidade desse aumento, tendo em vista que grande parte desses produtos que estão sendo citados, hoje já não se pratica nenhuma tributação, porque estão na cesta básica, ou são

comercializados por micro ou pequenas empresas no estado do Paraná. E essa discussão tem que ser feita.

Quero solicitar ao Líder do nosso bloco para que analise, já que temos um compromisso de assinar em bloco todas as proposições, o requerimento que está sendo feito pedindo ao Governo do Estado que esclareça esses números em relação a essa proposta. Esclareça quanto iremos perder de arrecadação com essa diminuição e quanto, hoje, significa a energia elétrica, o combustível, inclusive o álcool que foi esquecido da reforma tributária.

Vamos colocar aqui para que, não só a Assembléia Legislativa, mas principalmente a população do Paraná, quando for debater essa proposta tecnicamente nas Audiências Públicas, possam saber o real da situação da arrecadação do estado nesses quesitos.

O que me causa surpresa é que, no momento em que estamos analisando a reforma tributária, tivemos, há poucos dias, o encaminhamento de uma flexibilização da fiscalização em postos de combustíveis, que é a desobrigação de ter o lacre nas bombas de gasolina em alguns produtos, principalmente no álcool.

Deputado Elio Rusch, V. Exa. estava há pouco em uma reunião com a pessoa desse segmento, que falou que quando se aumenta a carga tributária também há um aumento da sonegação. Vamos aumentar a arrecadação e também a fiscalização em cima da sonegação? Por que, com certeza, se aumentar a fiscalização em cima principalmente de alguns segmentos de combustível, se aumenta a arrecadação, sem que necessariamente tenha que aumentar a alíquota do preço dos combustíveis.

Então, era o que eu tinha a dizer, Presidente. Agradeço a oportunidade, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Sr. Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

É lógico que o tema que se discute no estado do Paraná, hoje, é a reforma tributária, ou seja, a mensagem que o Governo do Estado enviou para a Assembléia Legislativa para que possamos decidir sobre o aumento da alíquota em alguns produtos e a diminuição em outros. A grande preocupação que existe, acredito que por parte de todos os Parlamentares, é o impacto que isso efetivamente traz para o estado do Paraná. Para que possamos legislar com segurança sobre a reforma tributária, Deputado Caíto Quintana, é necessário que tenhamos algumas informações por parte do Governo do Estado e que cheguem o mais rápido possível. É a essa conclusão que a Bancada da Oposição chegou, no dia de ontem, quando tivemos uma reunião.

Precisamos de algumas informações que são imprescindíveis, antes até da realização das Audiências Públicas que vão começar, com certeza, no próximo dia 31, no interior do estado do Paraná. São informações como, por exemplo: “qual o número total de contribuintes de ICMS no estado do Paraná? Quantos, atualmente, são incluídos no regime simplificado estadual? Quantos são os contribuintes diretos de ICMS em relação à prestação de serviços de comunicação, fornecimento de energia elétrica ou a comercialização de gasolina, álcool anidro para fins combustíveis, fumo, cigarro, cervejas e demais bebidas alcoólicas? Informar separadamente em relação a cada um desses produtos. Qual é a arrecadação total de ICMS? Qual é a arrecadação desse imposto que corresponde às empresas enquadradas no Simples estadual? Qual é a arrecadação proveniente dos contribuintes enquadrados no regime natural de tributação? Qual é a arrecadação proveniente dos contribuintes enquadrados no regime de tributação? Quais são os produtos/serviços cuja comercialização, prestação, estão submetidos nesse regime? Qual é a arrecadação proveniente de circulação ou fornecimento das mercadorias ou da prestação de serviços arrolados na terceira pergunta que já formulamos? Informar separadamente cada um, ou seja, a energia, a comunicação, a gasolina, o álcool anidro para combustíveis, cigarros e bebidas alcoólicas. Qual é a arrecadação do setor supermercadista e qual o impacto da medida legislativa proposta através da Mensagem nº 031?” Esse é o requerimento que estamos apresentando, hoje, subscrito pela Bancada de Oposição.

Convidamos, também, outros Parlamentares que queiram subscrever este requerimento, porque entendemos que, neste momento, não se trata de Oposição e Situação. O que se trata, neste momento, é uma questão legislativa que tem que ter muita segurança, na medida que formos discutir e votar este projeto de lei aqui na Assembléia Legislativa, porque nós lemos, agora nos últimos dias, através de alguns artigos já escritos por tributaristas, por economistas, sua preocupação. Um economista escreveu que a grande maioria, ou 90% das empresas no estado do Paraná, estão no Simples. Quem está no Simples é pequeno e microempresa, que já não paga o ICMS sobre o índice, mas sim sobre o faturamento e esse desconto de 18 para 12%, Deputado Nelson Justus, que está sendo proposto pelo Governo do Estado, sobre os demais itens que são comercializados não pelas pequenas empresas, mas pelas grandes redes, se esse desconto efetivamente vai chegar ao consumidor. E algum economista já escreveu também que o aumento da carga tributária proposta sobre a energia elétrica, sobre o combustível, sobre a energia, isso com toda a certeza terá o reflexo diretamente sobre o consumidor. Quer dizer, aumentou o combustível, aumento o ICMS, não tem como sonegar, a não ser que o posto de gasolina compre e sonegue exatamente a sua conta.

Passa a usar o horário da Liderança do DEM

Sr. Presidente, se fizermos uma avaliação em relação a outros estados, podemos levantar facilmente que o estado do Paraná tem a tributação mais alta em relação a combustível. A nossa tributação é 26%, os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo é 25%. E temos que fazer todo esse levantamento para que nós, aqui na Assembleia Legislativa, possamos efetivamente legislar com total firmeza, com total segurança sobre essa reforma tributária proposta pelo Governo do Estado.

Agora, a nossa preocupação é a preocupação de toda a população, e alguns artigos que foram escritos, esse aumento que se propõe sobre a energia elétrica, sobre os combustíveis, sobre as telecomunicações, sobre a gasolina, sobre o cigarro e sobre a bebida alcoólica, isso vai atingir toda a população. Não podemos esconder o sol com a peneira. O pobre consome energia elétrica, e alguém pode dizer: mas o pobre tem a tarifa social. Mas a tarifa social é até 100 quilowatts. Quer dizer, essas pessoas, essa casa só pode ter uma geladeira, uma ou duas lâmpadas, uma tomada elétrica e nada mais, porque senão gasta mais que 100 quilowatts.

Hoje eu falei com um senhor que disse que encontrou um carroceiro andando com a carrocinha e com um telefone celular. Esse cidadão que, com toda a certeza, faz parte da classe C, D, ou E, que usa o telefone celular, paga o ICMS. E o ICMS elevando de 26% para 28%, não é 2%, é 2% direto no custo da mercadoria ou do produto. Mas, o ICMS aumenta 7.4%.

Então, o que queremos fazer? Queremos ouvir toda a sociedade. É importante que nessas Audiências Públicas, que serão realizadas tanto no interior como aqui na capital, que a sociedade, que as entidades interessadas, que todas as pessoas do Paraná que têm algum interesse em discutir a reforma tributária, que participem dessas Audiências Públicas para que a Comissão de Constituição e Justiça, no término dessas Audiências Públicas, possam efetivamente fazer um trabalho e trazer para esta Casa aquilo que a sociedade pensa. Acredito que todos os Parlamentares deverão ter, neste momento, muita cautela e muito cuidado em relação a essa reforma tributária para que não venhamos, de repente, apenas onerar ainda mais o nosso consumidor. E por outro lado, conforme algumas informações que recebemos hoje, pode aumentar até a sonegação em determinados produtos. Então, esse é um risco que corremos, é um risco que o Paraná corre.

Agora, não consigo entender, e nós com toda a certeza, através dos debates que serão realizados em relação a essa mensagem do Governador do Estado do Paraná, a Assembleia Legislativa e os Parlamentares poderão ter no mínimo um raio x daquilo que o próprio Governador deseja. Agora, o que quero deixar bem claro é que não se trata de querer separar o rico do pobre, porque se fosse tributário, o rico e o pobre, não seria através do imposto aqui, seria através da taxa do próprio Governo Fede-

ral, através do Imposto de Renda. Porque a mesma mercadoria, o mesmo alimento que o rico come, o pobre também come; a mesma energia que rico consome, o pobre também consome; a mesma telecomunicação que o rico consome, o pobre também consome.

Temos que tomar cuidado, porque muitas vezes podemos até onerar determinados setores. O combustível, por exemplo, não é só aumentar o ICMS, que é o proprietário do posto de gasolina, porque aumentando o ICMS do combustível, você está aumentando também o ICMS da energia elétrica. O proprietário do posto usa a energia elétrica e usa o telefone, o fax. Quando ele vende a prazo, através do cartão, está usando a telecomunicação. Sobre isso ele vai pagar o ICMS, o aumento da carga tributária. Um estabelecimento é onerado em todo o aumento que é proposto através dessa mensagem.

Volto a dizer que temos que fazer essas Audiências Públicas, para que a sociedade e as entidades possam participar, para que a Assembleia Legislativa possa efetivamente ter uma conclusão.

Por essa razão, espero que todos os Parlamentares, Deputado Valdir Rossoni, os que subscreveram e os que não subscreveram esse nosso requerimento elaborado pela Bancada de Oposição, que possamos ter essas informações que são essenciais e necessárias, para que possamos votar a reforma tributária aqui na Assembleia Legislativa.

São essas colocações que eu gostaria de fazer. Agradeço a atenção dos Srs. Parlamentares. Espero que o Líder do Governo possa entender. Que possamos aprovar ainda hoje esse pedido de informações. Que possamos ter as respostas o mais breve possível, para que possamos formatar exatamente a nossa opinião, em relação ao impacto financeiro e o que representa em cada setor a diminuição da alíquota, ou mesmo o aumento da alíquota em determinados produtos.

Sr. Presidente agradeço a atenção dos Srs. Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Artagão de Mattos Leão. Antes porém, ao Deputado Dobrandino da Silva.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Aproveitar que V. Exa. cita o nome do ilustre Deputado Artagão de Mattos Leão, para perguntarmos ao eminente Deputado quando teremos uma Sessão da Comissão de Fiscalização da Casa. Parece-me que está sendo planejada uma.

Deputado Dobrandino da Silva (PMDB)

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Quero registrar na Casa a nossa preocupação, que já foi relatada aqui pelo Deputado Stephanes Júnior, sobre o conflito preocupante do Paraguai pelos nossos chamados brasiguaios. Mais de 300 mil brasileiros vivem no Paraguai há muitos anos, conheço a região há mais de 30 anos, que é muito desenvolvida por brasileiros, que são grandes produtores. No momento a preocupação é enorme desses produtores, com o conflito na terra, onde os chamados campesinos estão invadindo, matando os animais, queimando tratores, em uma situação muito tensa.

Hoje, há cerca de duas horas atrás, estiveram mais de 100 produtores reunidos na Câmara de Vereadores de Foz do Iguaçu. Ontem liguei para o Cônsul brasileiro no Paraguai e pedi a ele que participasse dessa reunião. Ele esteve lá. Realmente os brasileiros pedem providências. Os brasileiros que moram no Paraguai, pedindo providência ao Governo brasileiro, que trate da questão junto com o Governo paraguaio. Não quero entrar na questão dessa área de conflito, quem tem que definir isso é realmente o Governo paraguaio. Mas, é muito importante que façamos aqui um esforço junto ao Governo brasileiro, porque são grandes proprietários, pessoas que estão lá de forma legal. Todos que lá estão compraram as suas terras, os seus imóveis têm escritura, portanto são legais na área e não podem ser expulsos de uma hora para outra. Tem gente que está escondida em Foz do Iguaçu com medo de chegar em sua propriedade e ser agredido. Já houve até morte.

Então, na verdade é uma preocupação muito grande. Peço a esta Casa para registrar esse problema e fazermos esse pedido ao Governo brasileiro, que possa intervir em favor dos chamados brasiguaios que moram no Paraguai. Gostaria de trazer esta questão, dizer que é muito preocupante. O Paraguai se desenvolveu nessa região, um raio de mais de 150 quilômetros, começando pela Argentina até a divisa do Mato Grosso, desenvolveu-se muito com a força e trabalho dos brasileiros que lá vivem.

Não é possível que fiquemos em silêncio diante de uma questão tão séria. Eu falava outro dia com o Deputado Elio Rusch, que também tem conhecimento dessa questão. Acompanhamos, ao longo desse tempo todo, o desenvolvimento daquela região, com a presença dos trabalhadores do Brasil que moram lá, criaram seus filhos e é claro que não podem, agora, ser achincalhados e daqui a pouco interromperem esse grande trabalho que têm e serem expulsos da terra.

Então, gostaria que essa comissão de Deputados, pudesse ver o que podemos fazer, em nível de Assembleia Legislativa, para ajudar essa gente que mora hoje lá no Paraguai. É uma questão muito séria. Quero deixar registrado e vamos fazer uma comissão junto com eles para ir a Brasília e pedir socorro ao Governo Federal, em razão do que está havendo no Paraguai hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador, com a palavra o Deputado Artagão Júnior.

Deputado Artagão Júnior (PMDB)

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, amigos da imprensa, amigos visitantes.

Início o meu pronunciamento naturalmente em resposta ao questionamento do Deputado Jocelito, membro da Comissão de Fiscalização, que o fez justamente para que os demais Parlamentares pudessem saber das atividades da nossa Comissão de Fiscalização, presidida pelo Deputado Artagão e composta por sete membros.

Conforme havíamos conversado, Deputado Jocelito, estaremos fazendo na próxima semana, na quarta-feira às 10h da manhã, a reunião da nossa Comissão, solicitando e convidando para estarem presentes os Secretários de Estado, o Secretário Tizzot da Secretaria dos Transportes, o Secretário Julio da Secretaria de Obras, a fim de que eles possam nos dar um apanhado sobre a questão de obras inacabadas, interrompidas ou mal realizadas. A Comissão estará tratando desses assuntos nas próximas semanas. Haja vista que temos recebido algumas informações e algumas afirmações de que existem empreiteiras que têm se caracterizado por participarem de processos licitatórios, iniciam as obras, vão até uma determinada altura, e sem nenhum motivo justificável deixam de executar a obra, deixam de dar continuidade à obra e passam a participar de outros processos licitatórios, independentemente de qualquer sanção, de qualquer condenação, de qualquer justificativa.

Então, estaremos na próxima semana convidando esses três Secretários para que eles aqui venham e coloquem as informações que tiverem a esse respeito, no sentido de existência de obras inacabadas, de existência de obras mal realizadas, qual o tipo de encaminhamento que está sendo dado neste sentido e se existe, na prática, alguma união sendo imposta às empreiteiras ou, eventualmente, àqueles que derem causa a essa interrupção.

Então, em resposta ao questionamento feito pelo Deputado Jocelito Canto, já publicamente, através da tribuna desta Casa, convidamos os demais Deputados membros da Comissão de Fiscalização e também todos aqueles que tiverem interesse de participar, na próxima quarta-feira às 10h da manhã, dessa reunião da Comissão de Fiscalização.

Na semana passada falávamos da nossa alegria da conquista de mais uma etapa de asfalto ligando o município de Inácio Martins a Guarapuava. E hoje queremos, mais uma vez, abordar este assunto, simplesmente para comunicar e congratular no sentido de que o Governador Roberto Requião estará, na próxima sexta-feira, às 11h da manhã, no município de Inácio Martins, fazendo, portanto, a inauguração da primeira etapa de asfalto construída pelo Governo do Estado na ligação desses dois municípios. São 14 quilômetros de asfalto, um investimento na casa de R\$ 12 milhões que já foram investidos, alocados, e lá já existe essa primeira etapa de asfalto construída. Nesse mesmo dia, Deputado Jonas, o Gover-

nador estará lá anunciando a segunda etapa, conforme eu havia dito, no dia 4 de novembro teremos a abertura das propostas já na segunda etapa de construção desse asfalto que importará em mais ou menos R\$ 13 milhões.

Então, comunicamos aqui ao estado do Paraná, através da nossa TV SINAL e a todos os amigos Deputados e amigos da imprensa, desta grande inauguração e deste grande anúncio.

E também, na próxima semana, estaremos entregando a ordem de serviço da construção da Clínica da Mulher e da Criança no município de Laranjal. Ela já é uma conquista de alguns meses e foi feito o procedimento licitatório, a empresa vencedora já está em condições de início das atividades e estaremos lá, portanto, também na próxima sexta-feira, às 10 h da manhã, fazendo, em nome do Governo do Estado, a entrega da ordem de serviço para a construção da Clínica da Mulher e da Criança no município de Laranjal.

São obras importantes, obras que nos deixam satisfeitos e que são resultados do trabalho deste Governo e deste Parlamentar em defesa da sua região.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças. Bloco PSB/PRB/PV, com a palavra a Deputada Rosane Ferreira.

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV: Deputada Rosane Ferreira

A SRA. ROSANE FERREIRA

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Dissipada a efervescência do primeiro turno, das recentes eleições, além de parabenizar os vitoriosos e incentivar a perseverança aos que, como eu, não obtiveram sucesso, quero aproveitar essa oportunidade para agradecer profundamente o apoio que recebi na minha campanha, dos Deputados Federais: Max Rosenmann, Marcelo Almeida e Eduardo Sciarra. Agradecer também a contribuição, estando presente lá em Araucária, do Deputado Stephanes Júnior, na campanha durante um comício nosso e o apoio de outros Parlamentares desta Casa, como os Deputados: Pastor Edson Praczyk, Reni Pereira, Edgar Bueno, agradecer a todos eles pelo estímulo, pelo incentivo e pelo apoio.

(Lê):

“Nós, Deputados representantes do povo paranaense devemos avaliar os resultados e refletir sobre as mensagens que o povo quis manifestar através das urnas. A principal mensagem foi a da renovação, pois a maioria dos Parlamentos renovou seus quadros, numa proporção superior a 50% de seus membros.

Mas os resultados também apontaram que não houve avanço no que se refere à participação da mulher na política. O número de candidatas a Vereadoras diminuiu em relação ao pleito de 2004, atingindo hoje, tão-

somente 22% o total de candidatos. O número de candidatas à Prefeita manteve-se estável, pouco mais de 10% do total de candidatos.

Segundo dados do TSE, 498 mulheres e 4 mil e 986 homens foram eleitos Prefeitos no primeiro turno, ou seja, menos de 10% dos eleitos são mulheres. Nós mulheres somos a maioria da população do Brasil, somos a maioria do eleitorado nacional. Proporcionalidade esta que se reflete na maioria dos estados e municípios brasileiros.

Os índices que acabamos de relatar, ou denotam o desinteresse da mulher em participar da representação política na nação, ou demonstram o desinteresse dos partidos em assegurar à mulher a ampla participação em suas chapas de candidatos. Será por falta de informação que a mulher não participa da vida política? Ou será uma questão cultural? Entendo que é uma questão cultural, e em sendo assim, somente existem duas formas de transformação desta realidade. A questão cultural só se transforma através da educação, da boa informação da população e através da lei que impõe obrigações a todos. A lei tem a missão de acelerar o desenvolvimento cultural, impondo regras à conduta humana, ao estado e, neste contexto, aos partidos políticos.

Nesse sentido, Sras. Srs. Deputados. Na condição de Presidente da Comissão Temática Permanente de Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente desta Assembléia, conclamamos todos os nobres Pares à procederem o devido apoio a uma constatação. Urgem-se providências eficazes que obriguem legislativamente uma maior participação da mulher nos processos eleitorais brasileiros. E para tanto, apresentaremos indicação legislativa que após ser avaliada e examinada, receberá a chancela da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e posterior pronunciamento deste Plenário, demonstrando o apoio deste Parlamento ao Projeto de Lei nº 6216/02, de autoria da Deputada Federal Luiza Erundina, do PSB de São Paulo, que objetiva reservar 30% dos recursos do Fundo Partidário para a formação política feminina, dentre outras garantias.

Sugerindo ainda ao Congresso Nacional, a adoção de medida normativa que obrigue aos partidos políticos, a apresentarem em suas listas de candidatos em eleições proporcionais, um mínimo de 30% de candidatas mulheres. Não se trata de garantir 50% das vagas do ensino superior à alunos oriundos de escolas públicas ou para afrodescendentes. Trata-se de uma outra questão relevante: a de garantir o direito das mulheres, sejam elas pobres ou ricas, brancas ou negras, pois não é uma questão de raça, e sim de representação proporcional da realidade eleitoral brasileira, que conta com a maioria de eleitoras do gênero feminino.

Que se siga o exemplo deste Parlamento, pois apesar de sermos apenas quatro Deputadas, de um universo de 54 Parlamentares, temos uma Mesa Executiva com suas representantes do gênero feminino. A Deputada Cida Borghetti, que já por duas legislaturas compôs a

Mesa, e a Deputada Luciana Rafagnin atual 2ª Secretária, que a próxima Mesa Executiva a ser regimentalmente eleita ainda este ano, continue a contar com a representação forte da mulher, é o que com certeza deseja o eleito-rado feminino paranaense.

Devemos comemorar os avanços da mulher no mercado de trabalho, nas artes, na área privada, mas também temos que tomar ações concretas com vistas à maior participação da mulher nos Parlamentos e na vida política que definirá o futuro de igualdade que tanto perseguimos.”

Enfim, Sr. Presidente, embora a questão das cotas, os 30% sejam importantes para nós, não foi o suficiente para fazer com que nós tivéssemos o aumento da nossa representatividade nos Parlamentos do Brasil.

Quero aproveitar também esta oportunidade para falar um pouquinho do meu partido, o Partido Verde. Elegemos, há dois anos atrás, a primeira Deputada. Tenho a honra de representar este partido, sendo uma mulher e representando o Partido Verde, primeira vez que ocupamos uma cadeira neste Parlamento.

Elegemos, agora, também, a primeira Prefeita de uma capital brasileira, outra mulher, a Sra. Ricarda. E crescemos, crescemos. Somos pequenos ainda, mas crescemos muito neste pleito. Elegemos há quatro anos atrás um único Vereador. Este ano, três, na capital o estado. Passamos de 20 Vereadores, no estado do Paraná, para 35, e elegemos, pela primeira vez, quatro Prefeitos no estado do Paraná. São poucos? São poucos. Teremos que avançar muito, mas já é um grande passo.

Para finalizar, quero desejar a todos os eleitos no Paraná pelo partido, sucesso, êxito, e que todos os eleitos empunhem este bandeira do Partido Verde, que possam levar o programa do nosso partido, que é um lindo programa, que é um dos programas mais completos, um programa que respeita a diversidade humana e que respeita os direitos humanos, a representatividade da mulher, que respeita sobretudo o meio ambiente, que possa empunhar com muita dignidade as nossas bandeiras e seus mandatos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No horário destinado ao PT, concedemos a palavra ao Deputado Péricles de Mello.

Liderança do PT: Deputado Péricles de Mello

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Já falei sobre este tema no ano passado aqui na tribuna desta Casa, que é a questão da idade de ingresso da criança brasileira na escola. Particpei de vários Fóruns de Educação Infantil e sei que é uma tendência muito forte dos educadores infantis em defender o corte aos seis anos no início do ano letivo, mas não estou convencido

que isso é o mais correto para o país. Continuo entendendo que é um erro, que vai ter uma relação com uma geração inteira de brasileiros que vão entrar na escola um ano atrasados, e cito como exemplo a minha geração, onde o ensino fundamental é de oito anos, eu fiz sete em maio e entrei no 1º ano de ensino de oito anos fazendo sete em maio, sendo que entrei na pré-escola fazendo seis em maio e o meu irmão, que nasceu em setembro, entrou no pré com seis em setembro.

Agora, muitos anos depois, quando a relação com a criança é diferente, apesar de continuar sendo criança, mas sabemos que o acesso da criança à informação muda essa lógica da própria infância, pois nada é absoluto no mundo, mas tudo é relativo.

Não consigo entender por quê esse corte! Toda a legislação que vamos analisar tem a seguinte diretriz: quando se aumentou o ensino de oito para nove anos, não se disse que a criança vai estudar um ano a mais, ou seja, vai sair mais velha da escola. Não se diz isso, pelo contrário, pois a idéia subjacente é que esse ano a mais a criança entre antes na escola, e eu vivi essa experiência como Prefeito de Ponta Grossa. Quando nós implantamos o ensino de nove anos geral, sendo cinco anos no município e a segunda etapa que é do estado, os quatro anos do antigo ginásio, permitíamos progressivamente que as crianças, que faziam seis anos até dezembro, entrassem na escola e implantamos o ciclo de educação. A criança que tem seis, sete e oito até dezembro, era o ciclo de alfabetização, onde tinha o acompanhamento permanente da pedagoga e das professoras e era feita uma avaliação da criança quando completava oito anos, se ela já estava alfabetizada, se sabia ler e contar e daí ela passava para a 4ª série e fazia a 4ª e 5ª séries separadas. Essa foi uma experiência que deu certo em Ponta Grossa.

O Padre Valter tem sido um exemplo de educação infantil no Paraná, educação municipal no Paraná, perguntei a ele em um debate e ele disse que em Apucarana também, a criança que faz seis anos até dezembro, pode entrar na escola. Então, acho que a questão pedagógica pode ser adequada à criança, mas o problema é que se continuarmos nessa linha que a criança que está entrando na escola tem que fazer seis anos até março, na verdade estamos dificultando ou atrasando a inclusão da criança na escola. E por quê?

Porque no Brasil o ensino fundamental tem uma larga tradição. O aumento de quatro para cinco anos está funcionando na maioria dos municípios, mas a educação infantil é uma coisa que está engatinhando, sendo que ainda temos no Paraná, em muitas cidades, creches, o que não é educação infantil, mas um lugar para as crianças brincarem, mas que não têm uma pedagogia adequada à criança. A educação infantil, para chegar à universalização que o Governo Federal quer, vai demorar muito tempo. Então, o que acontece?

Acontece exatamente o que acontece em Ponta Grossa. O Prefeito atual, não questionando a norma do Conselho Estadual, ele mudou: a criança, para entrar na

escola, tem que fazer seis anos até o início do ano letivo. O que fizeram com as crianças mais novas? Foram colocadas no CEMES. Ora, como não ampliou os CEMES em número suficiente, as crianças um pouco mais velhas pegaram as vagas das mais novas e as mais novas ficaram sem CEMES. Apesar de ter uma diretriz do Governo Federal de universalizar a educação infantil a partir dos quatro anos até 2010, sabemos que isso não vai se concretizar em todos os municípios.

Então, essa idéia que acho que não tem uma sustentação pedagógica efetiva, de fazer com que a criança, para entrar na escola, tem que completar até o início, ela vai dificultar a inclusão da criança na educação infantil. E na outra ponta, no outro extremo, o jovem vai sair mais tarde do 2º grau. Hoje ele sai com 17 anos, ele vai sair com 18 e sabemos que no Brasil há grande pressão sobre o jovem para que se evada da escola para poder ajudar a família, temos problemas sérios no 2º grau, porque quanto mais velho fica o jovem, mais dificuldade tem que permanecer na escola.

Então, acho que é um equívoco, e tenho me manifestado diversas vezes sobre isso, é uma geração de brasileiros que vai atrasar para entrar no processo educativo. Avançaríamos muito mais rapidamente se permitíssemos a criança entrar com 10 anos até dezembro, porque seria mais rápido a universalização do acesso à educação infantil, pelo simples fato que seriam menos crianças.

Então, não podemos dar isso como coisa vencida, não é. A minha Secretária da Educação é pedagoga, respeitada em todo o país, ela defende pedagogicamente essa linha, há divergência pedagógica, é claro, mas o espírito da legislação brasileira não vai nesse sentido de atrasar a idade para entrar na escola. Então, eu quero discutir com o Deputado Romanelli, para fazermos uma emenda no mínimo 30 de julho, daí faz o corte etário no meio do ano. Acho, que ganhamos meia geração digamos que terá uma inclusão mais rápida na educação infantil do país.

Vou apresentar as emendas mas, vou pedir a retirada por alguns dias do projeto, para discutirmos mais profundamente com o Deputado Romanelli, para chegarmos a uma sintonia sobre o parlamento paranaense e, dar o exemplo para o país nessa questão seguindo o espírito da legislação.

E, para concluir eu queria falar uma coisa que pode parecer um tanto esdrúxula, mas não tem problema. A Deputada Rosane fala sobre mulheres, e eu, esses dias estava tendo um debate, que algumas pessoas podem achar que é um absurdo o que eu vou falar, mas eu comecei imaginar uma sociedade em que a metade do Parlamento fosse de mulheres e a metade homens por definição legislativa. Então vamos imaginar o Brasil, pegaríamos a Câmara Federal e dividiríamos, a metade são mulheres e metade homens. E comecei a pensar quais os problemas que uma idéia dessas traria para resolver, e existem algumas soluções simples, por exemplo, cada eleitor votaria em dois candidatos, estaria resolvido o problema.

Então haveria competição entre as mulheres de um lado e entre os homens do outro, e pode parecer absurdo, mas se nós pensarmos assim: bom, mas a questão de gênero ela é um corte na humanidade. Com pouca diferença percentual a humanidade é formada por 50% de homens e 50% de mulheres, que tem papéis sociais conjugados, a reprodução da espécie humana depende da existência dos dois gêneros, até pela condição reprodutiva da mulher em relação ao homem, tem uma relação com a vida diferente.

Então, estou só tentando ver se a gente consegue fazer esse debate; que parece meio esdrúxulo de início, e eu estava com um professor de Ponta Grossa debatendo esse assunto e ficamos uma viagem inteira conversando e vendo os problemas que apareceria no processo eleitoral, desapareceria a competição entre homens e mulheres, o gênero feminino teria uma representação de 50% nos colegiados da democracia. Claro que no poder majoritário é diferente, no Poder Executivo é exercido por uma pessoa, então tem que ser um homem ou uma mulher, não dá para fazer uma divisão nesse sentido. Mas, comecei a imaginar e queria trazer essa imaginação aqui para ser vítima de críticas também, mas é uma idéia que é tendencial da idéia de quota, só que na idéia de quota a mulher continua competindo com o homem, o eleitor escolhe um dos dois, e nessa idéia não existiria competição. Seria os dois comandando o processo. Mas, pela análise do historiador nunca existiu uma experiência que se tenha descoberto, por isso parece uma coisa um tanto esdrúxula, mas é apenas uma pitada de sal no debate da questão do gênero na política.

Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Horário das Lideranças: PSDB. Com a palavra Deputado Valdir Rossoni.

Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Há dias não subo à tribuna, porque o Deputado Elio Rusch vem fazendo um ótimo trabalho no exercício da Liderança. Mas acredito que posso dar a minha contribuição sobre a famosa reforma tributária. Não sei se deveríamos batizar isso como reforma tributária ou aumento de impostos. Porque aquela maravilha que foi vendida para a população de que 90 mil itens terão diminuição de impostos, tenho muita dúvida. Muita dúvida mesmo!

Não participei hoje da CCJ, ato falho deste Parlamentar, e foram marcadas as Audiências Públicas. Importante, uma boa atitude e quero cumprimentar o Deputado Durval Amaral. Mas não tem como fazer Audiência Pública sem ter algumas repostas. Por exemplo, quantas

empresas estão no Simples? Estes produtos que serão diminuídos alíquota quanto arrecada?

Parece que aquele Armazém da Família sobrevive por causa da política fiscal. Ele paga menos imposto que o supermercado grande. Como vai fazer o pequeno mercado quando tudo for igual? O grande é um cartel, pois compra para o Brasil inteiro. E o custo dele é muito menor.

Temos aqui um requerimento que é apresentado pelo nosso Líder Deputado Elio Rusch, que faz algumas perguntas. Pois, caso contrário, não há como chegarmos a uma conclusão. Se formos buscar os 90 mil itens que irão diminuir a alíquota, não sabemos quais são os itens. Quem era beneficiado? Vende-se para opinião pública que serão os mais pobres.

Agora pergunto: os mais pobres usam energia elétrica? Usam. Serão atingidos diretamente. O veículo do mais pobre, terá aumento da gasolina, o telefone.

Se o Governador Roberto Requião mandasse para cá um projeto que dissesse: “Srs. Deputados, vamos encontrar o ponto de equilíbrio, diminuindo as alíquotas de determinados produtos para diminuir o preço para a população, mas não quero aumento de arrecadação.” Encontraríamos esse ponto de equilíbrio.

O que me parece é que vende-se para a opinião pública a diminuição de impostos de alguns produtos, dizendo que vai atender a população mais pobre, mas de um outro lado coloca a mão no bolso da população de uma forma muito forte, porque o efeito é em cascata. Por quê, Deputado Douglas? Veja, quando você aumenta a energia elétrica - o imposto da energia vai ser o maior do país - certamente haverá um impacto em todos os produtos que estão sendo baixados os impostos. Então, “vai chover no molhado”.

Outra questão que é a pergunta que estamos fazendo e carecemos de uma resposta: se vai aumentar a arrecadação do Governo - isto é falado nos corredores desta Casa - de quem vai sair esta arrecadação? Vai sair da população. Por isso, precisamos, mais do que urgente, as respostas.

Deputado Romanelli, gostaria de fazer um apelo a V. Exa.: não sei se V. Exa. já tem conhecimento das perguntas feitas no nosso requerimento. Se V. Exa. já tem conhecimento, gostaria de ter um compromisso de V. Exa. que essas respostas acontecessem o mais rápido possível, para que possamos fazer as Audiências Públicas com o conhecimento de números: quanto vai aumentar a receita, daonde vai sair essa receita, quem vai pagar essa conta, porque até agora está no ar.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Rossoni, V. Exa. tem razão quando fala e, hoje, lá na CCJ, discutimos as Audiências Públicas. Foi acordado que faremos quatro Audiências Públicas no Paraná: uma em Cascavel ou Foz do Iguaçu, uma em

Maringá, uma em Londrina e uma na cidade de Curitiba. Por que essas Audiências Públicas? Para ouvir a comunidade, para ouvir as pessoas que irão pagar os impostos.

No ano passado, o Governador veio com o tarifaço e a Assembléia rejeitou. Não rejeitou porque ele acabou retirando a mensagem, mas rejeitaria. Os Deputados que votam a favor do povo não iriam votar aumento de impostos. Parece que nessa mensagem do Governo, o que ele está buscando não é isentar ICMS de produtos, não. Parece que ele está buscando aumentar a arrecadação, porque qualquer que seja o produto que aumente imposto, como V. Exa. falou aí da gasolina, naturalmente que toda população paga. Não é só quem consome a gasolina. Se for o carro, por exemplo, do dono de um supermercado ou de qualquer estabelecimento comercial, ou qualquer pessoa que vai repassar esse custo desse combustível no preço do produto, quem vai pagar é o povo.

Agora, por outro lado, a isenção que o supermercado vai ter com relação a alguns itens: precisamos saber se ele vai repassar essa isenção para o consumidor, porque não repassando, quem paga de novo é o consumidor. Então, temos que estudar muito tecnicamente este projeto, para votar em sintonia com a vontade da população. Se a população, nas Audiências Públicas, deixar claro que quer esse aumento de imposto, se quer do jeito que o Requião coloca, vamos votar a favor, não vai ter problema. Agora, precisamos, realmente, discutir e discutir tecnicamente para que possamos votar em sintonia com a vontade da população.

Obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

É, acho importante ouvir a população, as associações comerciais, enfim, fazer um amplo debate, mas, a grosso modo, rapidamente, quero dizer que se a população pobre vai ser beneficiada, tem um outro setor que será altamente beneficiado, que são os grandes supermercados, porque da noite para o dia, eles não vão mais pagar alíquota de 18% e vão pagar 12%. Quer dizer, será um presente de Papai Noel para os grandes supermercados. Enquanto os pequenos armazéns, aquele que você vai todo dia lá no bairro, aquele não, aquele será penalizado. Por que será penalizado? Hoje ele está no Simples, é um programa reconhecida-mente dos melhores, uma das melhores atitudes do Governo Requião foi o Simples, tem que ser reconhecido. Mas agora, essas pequenas empresas serão atingidas, por quê? Porque elas vão continuar pagando o mesmo imposto e não terão capacidade de concorrência com os grandes supermercados.

A minha preocupação é que parece que tem dois objetivos: primeiro, aumentar a arrecadação. Vai sair de alguém, é o povo que paga. Você não classifica quem come por pobre ou rico. Segundo, os grandes beneficiados, os grandes supermercados. E, terceiro, quem será o beneficiado? Essa é a pergunta.

Por isso, Deputado Romanelli, gostaríamos que, o mais breve possível, V. Exa. assumisse um compromisso com a Bancada de Oposição para termos essas respostas que, certamente, vamos chegar a uma conclusão do porquê esse benefício tão grande aos grandes supermercados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças, PDT.

(Declina)

PMDB: com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Liderança do PMDB: Deputado Luiz Claudio Romanelli

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, queria saudar aqui o meu querido amigo, Prefeito Neto, reeleito em Cambará nossa querida Cambará, do nosso saudoso e sempre Deputado Mamede.

Mas eu queria, Sr. Presidente, agradecer ao Deputado Waldyr Pugliesi, que permitiu que eu viesse à tribuna neste momento, para responder ao Deputado Valdir Rossoni. Hoje eu já ouvi alguns pronunciamentos, Deputado Valdir Rossoni, além de ouvir o seu pronunciamento, eu estava reunido com a Deputada Luciana Rafagnin e com os dirigentes do SINDSEAB no gabinete da Liderança do Governo, mas escutávamos o seu pronunciamento, entremeados, é claro, com a discussão com os sindicalistas. Mas o fato é que tanto o seu pronunciamento, como o do Deputado Elio Rusch, caminham em uma linha tênue entre manter uma postura de poder reconhecer um avanço importante na questão tributária do nosso estado e descambar para uma posição clara e franca ao projeto. Penso, percebo que V. Exa. ainda mantém uma linha de equilíbrio, mas com uma vontade grande de poder se tornar oposição a esse projeto.

Quero dizer, especialmente a V. Exa., Deputado Valdir Rossoni, que é um empresário, um industrial, alguém que conhece mais do que ninguém nesta Casa o que é formação de custo, e o Deputado que está ao seu lado, o Deputado Douglas Fabrício, que foi consultor do SEBRAE, também conhece profundamente e tecnicamente a matéria. E sabemos, vou começar pelo setor supermercadista, o setor supermercadista não são feiras, não estamos tratando de gente ingênua. Por outro lado, sabemos que seja o Super Muffato, ou o Extra, ou o Wal Mart, essa rede internacional, sejam quais forem os supermercadistas, ou o Condor, que é uma empresa paranaense, sabemos que entre eles a única coisa que eles não conseguem é formar cartel, é fazer acordo de preços. A única coisa que eles não conseguem é criar, de fato, artificialmente, a condição de venda no varejo.

Sabemos que se há um setor, um segmento que é competitivo, é o setor supermercadista.

Quem tem experiência tanto na área da indústria, quanto no comércio, sabe muito bem que não há como competir em um mercado como temos, se não for uma planilha de custos, muito bem formada, e nessa planilha de custos, um dos preços que é muito considerado é a carga tributária. Se vamos ter produtos que vão ser reduzidos os impostos de 25 para 12%, outros impostos serão reduzidos de 18 para 12. São 95 mil itens daqueles bens chamados de consumo salário.

Vou enviar a V. Exas., hoje, um estudo que foi feito pela Secretaria da Fazenda, que detalha, Deputados Douglas e Rossoni, V. Exas., que gostam de pesquisar bem o que acontece, vão identificar as reduções.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Concede-me um aparte, Deputado?

(Assentimento)

O primeiro assunto, Deputado Romanelli, quando digo cartel, talvez eu tenha me expressado errado, digo que um grande supermercado quando vai às compras, ele tem um poder de negociação muito melhor do que o armazém da esquina, e ele será de maneira diferente.

A segunda pergunta que faço a V. Exa.: os grandes supermercados estão felizes com essa lei? Se eles estão felizes, desconfiem, porque algo tem de errado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Deputado Rossoni, desculpe-me, a sua consideração é que o supermercado ganha pela escala. O senhor, ideologicamente, defende o capitalismo.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB) (Aparte)

Na hora da compra.

V. Exa. se incomoda tanto comigo, com capitalismo. Estamos discutindo um assunto sério. Enquanto outros nem prestam atenção em V. Exa., olho e presto atenção, porque estou buscando subsídio. V. Exa. é Líder do Governo. Vamos manter aqui o alto nível do nosso debate, para que possamos entender essa situação. Quanto ao capitalismo, ou não capitalismo, estou dizendo que se os grandes supermercados estão felizes com essa lei, alguém vai sair perdendo, e esse alguém, lá na ponta da linha, é o povo.

V. Exa. compreenda que essa pequena divergência nossa não precisa partir para esse teor de agressividade, porque estamos buscando um ponto de equilíbrio. V. Exa., como Líder do Governo: vai ter aumento de receita do estado ou não vai ter?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Vou responder a V. Exa.

Primeiro, quando disse que filosoficamente V. Exa. defende o capitalismo, que todos aqueles que são capitalistas, no sentido do capitalismo como sistema econômico, defendem o quê? A economia de escala. Sabemos que um setor de um supermercadista, seja ele grande, médio ou pequeno, mas especialmente o grande, ele é

beneficiário da economia de escala, pela capacidade econômica que ele tem nas redes paranaenses ou não. O que estou dizendo é que a competitividade dele é medida pela formação de custo, por uma coisa chamada tributo, no caso ICMS, esse imposto que é estadual.

Ora, se formos olhar, aqui, redução de alíquota, de 18 para 12, fármacos, medicamentos, drogas, vacinas, inclusive veterinária; alimentos, sucos de frutas, águas de coco, redução de alíquota de 18 para 12; calçados, artigos de vestuário, cama, mesa e banho, tecidos e artefatos, redução de alíquota de 18 para 12; hortifrutigranjeiros e agropecuários em estado natural, rações para animais, redução de alíquota de 25 e 18 para 12; papel higiênico, absorvente, tampões higiênicos, fraldas descartáveis, escovas de dente, de 25 para 12; xampus, desodorantes, sacolas ecológicas, madeiras de suas obras, de 18 para 12; produtos de uso doméstico.

Estou dando alguns exemplos de produtos que vão ter a sua redução. São 95 mil itens dos bens chamados de consumo salário. A competitividade nós sabemos, os descontos serão em torno de 6 a 8% e vão para a prateleira porque quem determina isso não somos nós, é a economia de mercado que nós vivemos, a composição do custo final do preço da composição que sabemos que um supermercadista, ou seja quem for, vai fazer do seu produto.

O Sr. Augustinho Zucchi (PDT) (Aparte)

Quero agradecer a V. Exa. o aparte, para dizer o seguinte: particularmente, não tenho uma opinião formada com relação a este projeto. Se perguntar de forma geral, talvez um dos pontos mais positivos do Governador Requião é o trabalho tributário que tem sido feito no estado. É uma coisa pessoal, que tenho essa avaliação.

Mas, veja bem, a preocupação que agora me faz relatar a V. Exa. neste aparte é de que este projeto tinha sido bem encaminhado inicialmente, de termos várias Audiências Públicas. Três Audiências Públicas para um projeto desta envergadura, num momento como este, sobretudo de turbulência em termos de economia mundial. Não sabemos aonde isso vai dar aqui no país, para um projeto que vai atingir 95 mil itens de um lado e alguns itens de outro. Acho que teríamos que ter um pouco mais de discussão com a sociedade paranaense.

Não tenho uma opinião formada e se não tiver Audiência Pública na região que represento, vou fazer. Vou reunir as pessoas, vou reunir as associações, as entidades, vou levar alguém que conheça o sistema tributário, convidar as pessoas que queiram debater e vou tentar pautar a nossa análise nesse sentido. Porque obviamente, duvido, com raras exceções, Deputado Romanelli, V. Exa. talvez seja uma dessas exceções por ser Líder do Governo, estar imediatamente ligado às questões que são propostas aqui nesta Casa, mas com raras exceções, acho que poucos Deputados têm hoje uma condição de profundo conhecimento deste projeto, a ponto de debater com segurança com setores da sociedade.

Então, acho que essa questão das Audiências Públicas, diminuído do jeito que ficou, três Audiências em todo o estado, ela nos deixou pendente com relação à discussão mais profunda. É só essa a colação que gostaria para a reflexão de V. Exa. enquanto Líder do Governo. Para que ele seja dito como um projeto muito bom, ou que não seja bom para isso ou aquilo. Acho que, obviamente, devemos trabalhar melhor a informação dos Parlamentares, porque afinal de contas, o que votarmos aqui vai refletir na sociedade para o bem, ou não tão bem, conforme análise de alguns.

Obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Agradeço Deputado. Quero dizer que o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Durval Amaral, é um dos melhores interlocutores que podemos ter sobre essa matéria que envolve direito tributário nesta Casa. Ele e o Auditor Fiscal, Deputado Reni Pereira, seguramente são os mais qualificados para promover este debate, esta discussão.

O fato concreto é o seguinte: quando eu disse na CCJ, eu sou um favorável, vim a esta tribuna e se V. Exas. recordarem, fui eu que falei: vamos fazer Audiência Pública para debater esse tema. V. Exas. são sabedores disto, tem as notas taquigráficas e a TV SINAL para confirmar o que estamos dizendo. O fato concreto é o seguinte: se são três, se são quatro, se são cinco, se são sete, se são oito ou 12 Audiências, entendo que esta Casa tem que decidir. Eu sou favorável a se fazer, se promover este debate. Mas hoje, na CCJ, houve uma discussão sobre este tema e entendemos o seguinte: que provavelmente quatro Audiências Públicas seriam razoáveis para poder, de fato, agrupar regiões, macrorregiões do estado e promover a discussão. Foi isso que discutimos. Seria uma região, pegando a macrorregião de Londrina, outra macrorregião noroeste pegando em Maringá essa reunião e depois uma outra reunião, ou em Foz do Iguaçu, ou Cascavel, pegando toda a macrorregião do oeste e sudoeste.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, gostaria de perguntar a V. Exa., V. Exa. é o nosso Presidente, tem todos os direitos, deveres, mas o Deputado Romanelli já faz mais de cinco, seis minutos que está falando no horário dos céus...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não, ele está usando o horário da Liderança do PMDB.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Não, o PMDB são 10 minutos e já acabou, Sr. Presidente.

Só queria chamar a atenção para o cumprimento do Regimento. Nada pessoal contra o Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Consulto o Deputado Waldyr Pugliesi se ele me concede o horário da Liderança do Governo, que eu havia feito uma troca com o Deputado Pugliesi. Ele deixará de fazer o pronunciamento de hoje, fará amanhã, e eu me comprometo amanhã, Deputado Pugliesi, de não falar absolutamente nada, se não for necessário.

Passa a usar o horário da Liderança do Governo

O fato concreto é o seguinte, Deputado Jocelito, quero que V. Exa. escute, porque certamente V. Exa. é um formador de opinião, mas o fato concreto é o seguinte: tantas quantas forem as Audiências realizadas, entendo que é necessário que possamos discutir.

Quero dizer, Deputado Valdir Rossoni, que acredito que os documentos que estão sendo fornecidos...

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Romanelli, estou esperando sua resposta...

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Se V. Exa. deixar eu ler. V. Exa. deixa?

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Não sei se esta volta é uma marola ou uma maroliinha. Gostaria que V. Exa. me respondesse.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

V. Exa. pode crer que tanto no documento que subsidia a elaboração do projeto de lei que está aqui nesta Casa, existem os fundamentos, Exa.: resumo do impacto na arrecadação de ICMS, redução da alíquota de 18 para 12%, quanto que subtrai da receita de ICMS, Deputado Valdir Rossoni? Quatrocentos e doze milhões e 500 mil reais, redução da alíquota. Ok?

Aumento da alíquota: 409 milhões e 600 mil, ou seja, ainda há um saldo aqui a favor da redução da alíquota. Ao mesmo tempo, quais são os mais significativos? Energia elétrica, de 27 para 29, haverá um acréscimo na receita gerada pela energia elétrica de 100 milhões e 300 mil.

Serviço de comunicação, de 27 para 29, 144 milhões e 800 mil. Gasolina, apenas gasolina, está excluído aqui o álcool e o óleo diesel, 118 milhões e 200 mil. Fumo e cigarros, de 27 para 29, 13 milhões e 300 mil. E cerveja, de 27 para 29, 33 milhões.

Vou dar um exemplo agora para que V. Exas. Saibam do que estamos tratando. Está satisfeito, Exa.?

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Não, não estou satisfeito. Deputado Romanelli, eu tenho dificuldade e peço desculpas pelas minhas limitações.

Gostaria da matemática exata. Quanto vai diminuir de receita e quanto vai aumentar para eu poder fazer aqui um cálculo.

Agora, se V. Exa. ficar fazendo a leitura, eu não entendi e certamente quem está assistindo também ainda não sabe quanto vai aumentar ou diminuir a receita do estado...

(Vozes paralelas)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Mas eu falei, desculpe, alguém tem dúvida aqui? Eu vou repetir: o estado vai arrecadar 409 milhões a mais e vai arrecadar a menos, vai subtrair, vai deixar de arrecadar, vai reduzir na arrecadação R\$ 412 milhões. Ou seja, temos aqui um saldo ainda a menor de receita para o ano que vem de R\$ 3 milhões e R\$ 100 mil, dados oficiais da Secretaria da Fazenda.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Romanelli, me permita, já que nós temos essa exceção do Presidente, acho que é salutar, quero fazer uma proposta para V. Exa. V. Exa. Líder do Governo, estamos aqui com o nosso Líder da Oposição, se os cálculos realmente forem esses V. Exa. terá o nosso apoio. Agora, gostaria de fazer um compromisso com V. Exa. se os cálculos forem esses, nós aprovamos o pacote tributário.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Muito obrigado.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Agora se por acaso chegar um tributarista aqui na Casa e disser que, vai aumentar 100 milhões de receita para o estado, V. Exa. vota o pacote?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Olha Exa., quero dizer em primeiro lugar o seguinte, que é absolutamente impossível. Voto contra se isso for o que V. Exa. está dizendo. Não há nenhum acréscimo de receita em relação a esse projeto. É absolutamente neutra, não há tributária, o projeto ao contrário, ele desonera, justamente, o salário do trabalhador.

Quero dar exemplos, porque V. Exas. e o Deputado Valdir Rossoni que é matemático gosta de exemplos, e o exemplo facilita o entendimento do Deputado Douglas Fabrício, que ele também como consultor do SEBRAE trabalha muito com exemplos.

Deputado Douglas, a fatura de energia de hoje que tem uma alíquota de 27%. Fatura de R\$ 100. Talvez seja o quanto V. Exa. paga na sua casa, talvez pague um pouquinho mais, mas R\$ 100.

Quanto que um consumidor vai pagar? Vai pagar R\$ 102,81, acresci R\$ 2,81. Vamos considerar que essa família, ela vá ao supermercado e compre panelas, churrasqueira, vai comprar os produtos que são comprados

pelo salário. Uma família gasta R\$ 800, R\$ 1 mil, R\$ 1 mil e 500, R\$ 2 mil, uma família que gasta R\$ 2 mil, classe média, normal, qual que será a economia dela? Em torno de R\$ 140 a R\$ 160 por mês.

O que vai de fato incidir? O benefício é para o povo. Quando alguém disse aqui esse meu projeto é Robin Wood. É mesmo, é um projeto que vai beneficiar quem vive de salário.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Romanelli, ficamos aqui publicamente combinados do seguinte: “Que não haverá aumento de carga tributária. Se por eventualidade houve aumento de receita é porque haverá aumento tributário. V. Exa. vai votar contra.”

É isso que entendi?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Já disse a V. Exa. que não há aumento, eu voto contra, não existe aumento de carga tributária aqui Exa. Se V. Exa. quer me pegar na palavra, eu só tenho uma, o nosso Governo é um Governo transparente. Esses documentos que estão aqui são documentos produzidos pela Coordenadoria do Estado da Receita Estadual e, também, é da Secretaria da Fazenda. O nosso Governo, ele documentou, isso aqui está com documento oficial do estado, não há subterfúgio aqui.

Quero explicar mais, Deputado Valdir Rossoni, para V. Exa. que sabe o que é formação de preço V. Exa. entende disso. Preço de venda ao consumidor hoje, produto tem lá uma alíquota custa R\$ 100. Vou dar um outro exemplo aqui. Vou dar um exemplo que eu fosse comprar um relógio, o relógio custa R\$ 100. A alíquota do relógio vai ser reduzida de 18 para 12%. Quanto ele vai passar a custar, o mesmo relógio? Noventa e três reais e dezoito centavos.

Este é o resultado destas medidas, que são medidas contra o processo inflacionário e que beneficiam o consumidor. O princípio da seletividade, Deputado Valdir Rossoni, V. Exa. não deve ter escutado aqui desta tribuna, quando veio a esta Casa o Deputado Federal Luiz Carlos Hauly, esta é a proposta feita por ele, e ele está disputando uma eleição em Londrina e eu não quero interferir no processo eleitoral de Londrina, mas o fato concreto é o seguinte: isto aqui é o que tem de mais inteligente e moderno.

Li especialistas escrevendo nos jornais, como li o Dr. Leonardo, da OAB, escrevendo na regional Gazeta do Povo. Qual é a única dúvida dele? É saber se os números da Receita Estadual estão corretos ou não. O projeto deles só tem esta divergência. A Deputada Rosane Ferreira, que eu sei que leu o artigo, porque eu estava com ele em mãos, não é este o único ponto que ele questiona? Este é ponto que se questiona. E isso, Deputado Valdir Rossoni, quero garantir a V. Exa., aqui os números têm absoluta transparência. Os números são oficiais. Não há aumento de carga tributária. E é um instrumento extrema-

mente importante. Penso que V. Exa. e todos os demais têm que ter muito tranquilidade em analisar este fato. Inclusive V. Exa. sabe, nenhum impacto no setor produtivo. Todo ICMS que V. Exa. paga na sua indústria é apropriado. Pode aumentar o ICMS, que V. Exa. vai usar o crédito da mesma forma.

Concluo dizendo, e diria muito mais, porque este Governo nosso começou justamente desonerando a microempresa, criando para optantes do regime Simples Nacional, alíquota que vão desde a isenção das micro e pequenas empresas, desde a isenção até 3,4% de alíquota. A alíquota para o mercado interno não é mais 18%, no atacado. V. Exa. sabe disso, é 12%.

O Paraná já avançou muito na questão tributária e vamos avançar ainda mais. Espero contar com 100% dos votos da Oposição ao término e ao cabo desta ampla discussão que devemos fazer, necessariamente.

Agora, quero dizer a V. Exa. quando digo que V. Exa. filosoficamente defende o capitalismo, é no sentido do capitalismo da economia de mercado, da economia de escala, que V. Exa. sabe muito bem o que é.

Era isso Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário destinado à Liderança do PPS, concedemos a palavra ao Deputado Douglas Fabrício.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Deputado Valdir Rossoni e Deputado Luiz Claudio Romanelli, gostaria de continuar este assunto da reforma tributária, que é tão importante aqui no Paraná, que se fala sobre aquilo que a população mais sente, que é pagar imposto.

Aqui no Brasil, se olharmos os países no mundo todo, o Brasil é o país que mais cobra imposto da sua população. E por outro lado, em contrapartida, é o país que também oferece os piores serviços públicos para a sua população. E aí não estou falando de Governo Lula, de Governo Requião, estou falando de todos os Governos que falaram.

Quando vem uma proposta destas, de reduzir impostos de alguns produtos, e pelo que entendi do que o Deputado Luiz Claudio Romanelli colocou, em 95 mil itens vai reduzir o imposto. Se vai reduzir de 18% para 12%, naturalmente a população vai gostar disto.

Eu, como representante da população, em especial da minha região, também vou gostar disso. E olhando desta forma, vou aprovar. Só que se vai aumentar imposto, de uma outra parte, logo vai aumentar a arrecadação. O Deputado Luiz Claudio Romanelli, pelas contas que fez, colocou que não vai haver aumento de arrecadação, mas que vai haver um equilíbrio. O Governo vai deixar de arrecadar R\$ 412 milhões com esses produtos de consumo popular e, por outro lado, vai aumentar a arre-

cadação em R\$ 409 milhões em outros tipos de produtos, como por exemplo a energia elétrica.

Mas, Deputado Romanelli, V. Exa. falou de um exemplo e eu gostaria de pedir uma explicação a V. Exa. sobre um outro exemplo e também do Deputado Valdir Rossoni, que é empresário. Vamos imaginar um exemplo bem simples e que tem em todas as pequenas cidades, que é uma máquina de arroz, que vende arroz e vende feijão. Essa máquina consome energia elétrica e ela não paga R\$ 100 por mês como eu pago, mas ela paga bem mais. Ela é uma pequena indústria. Na hora de empacotar o arroz e de empacotar o feijão, ela vai trabalhar a mesma quantidade que está trabalhando, mas vai pagar mais energia elétrica, e se ela vai pagar mais energia, aumentando o preço do imposto da energia elétrica, onde ela vai repassar o custo desse imposto?

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Posso informar V. Exa?

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Pode.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Ela se apropria em 100% do crédito de ICMS. Vai para a conta de débito e crédito do ICM. A indústria se apropria em 100% do ICMS. Não há nenhum ônus para ela.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Ótimo! Boa resposta.

Concedo um aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Acho que o debate é importante, porque tiramos aqui um compromisso do Líder do Governo, que fala pelo Governo, de que não haverá aumento de impostos. Terá que haver um ponto de equilíbrio, entre a desoneração e o aumento de impostos. Nisso nós concordamos em gênero, número e grau. Agora, ainda tenho dúvidas e acredito que, o aumento de impostos será substancial e chegaremos nesses cálculos e aí quero ver o compromisso assumido pelo Líder do Governo. Porque, vamos provar ao Líder do Governo que haverá aumento de receita e ao haver aumento de receita, haverá aumento de impostos. Só vou citar um exemplo aqui: nenhum cidadão paranaense fugirá do aumento da tarifa, porque os paranaenses pagam energia elétrica. Todos os paranaenses serão atingidos pelo aumento de imposto na energia elétrica.

Então, essa dúvida que tenho agora fica um pouco mais clara, porque o debate está aberto, é este compromisso: se provarmos para o Líder do Governo que haverá aumento de impostos, o Líder do Governo vai se somar à Oposição e se não houver aumento de impostos, o Líder do Governo irá contar com o nosso apoio.

Obrigado!

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Concedo um aparte ao Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Quero dizer que estou aqui pensando nas palavras do Deputado Valdir Rossoni. O Governador Requião é um homem límpido e cristalino no seu raciocínio. Quando ele diz que a proposta é neutra, é porque é neutra. Fala isso publicamente e fala também no plano pessoal. Podemos discutir com o Governo uma cláusula nesse projeto de lei que garanta até a redução da alíquota, que foi majorada se passado o valor, porque o Governo absolutamente não quer promover nenhum tipo de aumento, mas ao contrário, o que ele quer é promover uma redução no preço dos produtos chamados de produtos de consumo e salário. É esse o objetivo do Governo, é a modernização da nossa arrecadação. É isso que o Governo do Estado quer, é um avanço e nós não podemos perder isso. E V. Exa., que conhece bem o tema, sabe que é um momento decisivo.

Obrigado.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Deputado Romanelli, como estava falando daquele exemplo que V. Exa. me ajudou dizendo que daí a empresa não vai pagar, porque vai compensar o imposto, fiquei imaginando o seguinte: nós estamos no sexto ano do Governador Roberto Requião e se não haverá nem aumento e nem prejuízo de impostos, por que só vai fazer essa reforma só no sexto ano? Por que já não fez, então, no primeiro ano, sendo que tantos paranaenses ganhariam com isso? Então, essa é uma pergunta que tem que ficar, porque se o projeto será bom mesmo como está sendo dito por V. Exa. vai contar não só com o meu apoio, como o do Deputado Valdir Rossoni, do Deputado Carli e tantos outros, imagino que 100% se o projeto for bom mesmo para a população. Agora, Deputado Valdir Rossoni, é uma idéia tão boa assim por que veio tão tarde? Ainda quero estudar melhor essa matéria, por isso dessas Audiências Públicas, eu também gostaria, Deputado Romanelli, que nós pudéssemos fazer mais Audiência Públicas...

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Da minha parte as Audiências Públicas eu sou favorável desde que elas sejam operacionalmente possíveis, que não sejam esvaziadas, eu sou favorável. Só quero dizer a V. Exa. o seguinte: até o criador precisou de sete dias para fazer o mundo. Claro que um projeto de lei igual a esse, um projeto de reforma tributária, ele é um processo que você vai construindo, é a realidade social que vai modificando. Tivemos no primeiro ano a desoneração da microempresa, o enquadramento de uma legislação nova tributária de ICMS para microempresa no primeiro ano de Governo, ou seja, tudo isso é um processo que é dialético.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Então, voltando a minha linha de raciocínio sobre as Audiências Públicas como disse o Deputado Zucchi, nós temos dois meses e pouco para terminar o ano, dá para nos mobilizarmos e discutirmos melhor com a sociedade. Falei lá na CCJ sobre isso mas, acabou sendo voto vencido, porque eu queria fazer uma Audiência Pública por exemplo com os Deputados discutindo lá em Campo Mourão que é a minha região, eu sei que o Deputado Zucchi gostaria de fazer em Pato Branco, outros gostariam de fazer em Francisco Beltrão, em Toledo. Não vejo problema nenhum de fazermos essa discussão, vai ser até bom para o Governo inclusive, porque se for um projeto bom e o Governo realmente tiver razão como está colocando o Deputado Romanelli quem vai ganhar com isso é o Governo politicamente, e a população vai ter a certeza que foi bem discutido e vai se comprometer junto com os Deputados da aprovação desse projeto.

O Sr. Ribas Carli Filho (PSB)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Quero parabenizar pela conclusão do seu raciocínio. Acho que numa reforma tributária como essa não podemos incluir as paixões nem da Oposição e nem da Situação. Muito mais do que isso, devemos sim levar junto da população em Audiências Públicas, para que com os dados levantados aqui na Assembléia, e requerimentos respondidos pelo Governo, com dados concretos possamos levar para todas as regiões do estado, junto com associações comerciais e uma assessoria especializada, para que juntos possamos discutir e a população decidir o que é melhor para ela: se querem a reforma, se não querem, e de que forma ela será feita.

O Sr. Durval Amaral (DEM)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Douglas Fabrício, na Comissão de Constituição e Justiça nós deliberamos sobre a realização das Audiências Públicas, até pessoalmente tinha uma proposta de realizarmos sete Audiências Públicas, entretanto a maioria dos Deputados presentes na CCJ chegaram à conclusão de que realizaríamos três Audiências Públicas no interior do estado do Paraná e uma grande Audiência Pública aqui na cidade de Curitiba. Portanto, quatro Audiências Públicas.

Quero dizer da minha opinião e a minha disposição pessoal: acredito o seguinte, de minha parte ficam essas quatro Audiências Públicas finais, entretanto todos aqueles que marcarem Audiências também para discutir esse assunto, eu me comprometo de pessoalmente de estar presente também nas demais cidades do Paraná, convidar os técnicos da Secretaria da Fazenda e convidar todos os Deputados que queiram participar. É um assunto para ser discutido então fazemos três Audiências Públicas oficiais pela CCJ no interior, uma na capital, somando quatro, e

tantas quantas os Deputados tenham interesse em conversar com as associações comerciais em suas cidades respectivas. Essa é a minha sugestão.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Obrigado, Deputado Durval. Então, aí ficou melhor, realmente. Aqueles que puderem, junto com as associações comerciais realizar, contando com a sua presença vai ajudar, muito essa discussão desse projeto que pode ser importante para o Paraná.

Era isso, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Antes de anunciar o horário da Oposição, esta Presidência quer registrar com satisfação a visita do nosso ex-Deputado Estadual, ex-Vereador de Pato Branco, ex-Deputado Federal, ex-Líder do PMDB, ex-Presidente desta Casa, o Deputado Nilson Romeu Sguarezzi. Seja bem-vindo!

Horário do PTB, com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Liderança do PTB: Jocelito Canto

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Acompanhando hoje o pronunciamento da Deputada Rosane, gostaria de falar de eleições. Quero dizer aqui que está cada vez mais difícil fazer eleições. A roubalheira está correndo solta.

Estarei colocando na rádio amanhã alguns depoimentos que mostram eleitores sendo comprados. Só numa região, R\$ 12 mil foram gastos para comprar votos.

Entreguei ao Poder Judiciário, ontem, fitas, documentos assinados, fotos que o cidadão exigia que o cabo eleitoral filmasse a placa na casa, tinha preço a placa, tinha preço o voto. E imprensa que o Governador chama de canalha, diz que é inconformismo do Deputado que perdeu eleição por 598 votos e que não comprou nenhum voto. Estão lá no Ministério Público de Ponta Grossa todas as provas da compra de votos.

Não sei o que vai dar, mas está lá o depoimento de uma coordenadora de uma campanha majoritária e de uma campanha proporcional, dizendo que comprou votos, quanto gastou, quanto recebeu. Tem assinaturas das pessoas.

Atenção TRE estadual, se for nas urnas encontrará os votos lá.

Está difícil fazer eleição! Quero chamar a atenção do TRE para que preste atenção nisso. Daqui a pouco não terá mais candidato. Só será candidato quem tiver esquema, dinheiro ou uma grande empresa por trás. E tem muito sonegador de impostos bancando campanhas. Caixa dois. O Governador Roberto Requião, que é metido a prender os que fazem malandragem, podia olhar isso lá em Ponta Grossa.

Aqui é um Parlamento livre e podemos falar. E gostaria de saudar aqui o Secretário Forte Neto. Tentamos, na coligação, colocar alguém do PMDB, mas não deu certo. O PMDB começou a brigar muito. Daí usei a tática Álvaro Dias. Aprendi com o Álvaro. Vou colocar alguém de confiança para não me trair depois. Daí fui buscar o Muru, que é meu assessor aí, gente fina, peguei-o de vice porque sabia que jamais iria me trair. É um grande irmão e companheiro. Sofri, até do próprio Governador dizendo: “Ah, não pegou ninguém do PMDB!” Mas o PMDB tinha seus problemas lá. Queria colocar alguém do PMDB, mas o PMDB não aceitou quem foi colocado.

Deputado Waldyr, em respeito a V. Exa., só para explicar que o PMDB não fez parte porque não quis participar. Teve algumas pessoas que não quiseram. Então, peguei alguém que confio, diferente do Álvaro Dias que disse que nunca mais ia pegar um vice que não confiasse, aí pegou o Forte Neto, e o Forte Neto, passada a eleição, deu um chutão no nosso Senador Álvaro Dias e se abraçou com o diabo, estava do outro lado, com o Requião, se abraçou com o Requião e está lá agora. Aliás, quero agradecer ao Secretário. Ele foi a Ponta Grossa, liberou recursos, fez projetos. Esse Secretário é um espetáculo! O hospital regional é o escritório dele, a rodoviária. Os projetos do estado têm a marca de alguém ligado junto com o Forte Neto. Os amigos lá, os arquitetos. Ele foi a Ponta Grossa para ajudar na campanha. Liberou até a rodoviária de Ponta Grossa, que é o dinheiro do Paraná Urbano, sem alvará. Não tem alvará definitivo. Inauguraram antes da eleição.

Aconteceu de tudo lá em Ponta Grossa. Tudo. Traição de todo tipo. Mas eu queria cumprimentar o Secretário Forte Neto, Sr. Presidente, porque ele tem um respeito por Ponta Grossa que acho maravilhoso. Acho maravilhoso aquele seu olhar 44. Ele foi a Ponta Grossa e valorizou a nossa cidade nesta campanha. Comprou um carro na nossa cidade. Comprou um automóvel de quase R\$ 100 mil. Não é qualquer um que compra um carro de R\$ 100 mil. Tem que ter capital, não é? Quero agradecê-lo por deixar o dinheiro em Ponta Grossa.

Comprou um carro lá em Ponta Grossa. Até isso ele fez. Não foi lá no Artagão. Poderia ter prestigiado o companheiro do PMDB, não prestigiou, foi na revenda Honda, comprou um carro de R\$ 100 mil. Poderia ter pegado um Toyota para dar uma valorizada no PMDB. Mas ele não é do PMDB, não é? Que partido é o Forte? Eu não sei, mas, enfim, ele foi a Ponta Grossa, valorizou, participou da campanha, está participando, foi lá, liberou a rodoviária.

Vou pedir informação, hoje, há uma notícia de que o Paraná Urbano não liberou todo dinheiro da rodoviária, que deu rolo, que era para fazer o pátio da rodoviária, não fizeram, a Prefeitura teve que fazer. Está uma loucura aquilo lá, mas tudo aconteceu. É por isso que pesquisa foi impugnada e aí aconteceu tudo que aconteceu. Foi a eleição do trauma, a eleição que ninguém acredita, até hoje,

que aconteceu. Estou falando aqui porque lá na rádio não posso falar. É período de eleição. Aqui eu posso. Aqui tenho imunidade. Então, está preservada minha imunidade aqui. É choro de quem perdeu. Uma diferença de 598 votos para quem não comprou um voto, é paixão de uma cidade que vota num cara que faz 48 mil votos sem comprar um voto de ninguém, sem prometer mundo e fundo.

A minha postura, a partir de agora, é a seguinte: não apóio nenhum dos dois. A partir de hoje, sou oposição aos dois que vão ficar lá. Sou fiscalizador, a partir do ano que vem. Tudo o que estão falando na campanha, agora, vão cumprir depois. Vou cobrar. O povo vota em quem quiser. Eu, particularmente, não voto em nenhum. Vou me abster. É um direito que me cabe, porque acho que o cara que é Prefeito pela terceira vez e fica prometendo mundo e fundo é que não vai fazer. Setenta e cinco promessas e não cumprir 33 da passada. E os que estão entrando acham que podem resolver o mundo, acham que chega lá e, num passe de mágica, tudo está resolvido. A eleição está tão complicada lá que de um lado está o Álvaro e de outro o Osmar. Está um espetáculo! Os irmãos: de um lado está o Álvaro e de outro está o Osmar. A eleição em Ponta Grossa está um espetáculo! Teve traição, mas tudo bem, deixa para lá.

Só queria, mais uma vez, agradecer ao Secretário Forte Neto. Parabéns Forte! Ponta Grossa agradece. Parabéns ao Governador Requião! V. Exa. deve estar assistindo ou alguém passa a fitinha, depois, para o senhor. Parabéns! O senhor esteve presente, foi um grande companheiro na eleição, um cara maravilhoso. O senhor foi um cara 100%, fez até seu Secretário comprar um carro em Ponta Grossa. Eu admirei, porque isso faz bem para a cidade. Estamos falando de impostos aqui e quando um cara sai aqui de Curitiba, que é um arquiteto de Curitiba famosíssimo, e vai à nossa cidade e compra um carro de R\$ 100 mil, isso representa dinheiro para a cidade. Sou um apaixonado por essas coisas, de ver dinheiro entrando na cidade. Sou gaúcho e gaúcho gosta de bairrismo. Forte Neto, parabéns pelo carro que comprou em Ponta Grossa. Para finalizar, parabéns pelos projetos que fez também e até pelas obras que o escritório fez em Ponta Grossa.

É isso, Sr. Presidente. Agora, nas próximas eleições, que o povo fique à vontade. O povo vota, cada um é dono do seu voto e eu fico acompanhando, olhando e torcendo para que Deus abençoe o melhor para a cidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Deputado Jocelito, ganhamos com a sua presença nesta Casa e Ponta Grossa ganha com a sua permanência. Queríamos vê-lo, contra o seu interesse, no segundo turno ou ganhando no primeiro, mas felizmente temos a sua presença.

Liderança da Oposição: com a palavra o Deputado Elio Rusch.

Liderança da Oposição: Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na verdade, acho que o assunto que dominou a Sessão de hoje foi a mensagem do Governo propondo a reforma tributária no estado do Paraná. Mas, a bem da verdade, acho que algumas dúvidas permaneceram com relação à discussão desse projeto entre o Deputado Luiz Claudio Romanelli, Líder do Governo, e o Deputado Valdir Rossoni, Líder da Oposição, licenciado, quando ambos falaram, um disse que não haverá aumento na receita do estado e o Deputado Valdir Rossoni questionando que senão houvesse aumento na carga tributária, aumento de impostos, ele votaria a favor da mensagem.

Na verdade, acho que os dois estão corretos, o Rossoni e o Romanelli, até que possamos receber as informações que estamos solicitando no dia de hoje através desse requerimento. Por essa razão, Presidente Antonio Anibelli, eu acredito no bom senso do Líder do Governo, Deputado Romanelli, para que essas dúvidas que foram levantadas por nós, pelo Deputado Reni Pereira, pelo Deputado Douglas Fabrício, pelo Deputado Valdir Rossoni, possam ser esclarecidas aprovando esse nosso requerimento que estamos apresentando na Sessão de hoje.

Então, espero que seja aprovado esse requerimento e que o Governo responda o mais rápido possível. Mas, uma coisa está clara, isso tem que ser dito para que não venhamos, de repente, criar uma expectativa para a sociedade paranaense de que haverá aumento na carga tributária. Deputado Augustinho Zucchi, eu via V. Exa. que também não tem uma opinião formada em relação a esse projeto ainda, uma coisa está clara haverá, sim, aumento na carga tributária em determinados produtos, como haverá a diminuição da carga tributária em outros produtos.

A dúvida que existe nos Parlamentares e na sociedade do Paraná, é se essa diminuição do índice do ICMS em determinados produtos, se isso efetivamente vai atingir o consumidor, essa é a dúvida. Deputado Cheida, aprovamos, V. Exa. não era Deputado na época, foi no meu primeiro mandato, gostaria de repetir de novo, aqui na Assembléia, votamos uma alteração na legislação do ICMS retirando o ICMS da venda a prazo para beneficiar o consumidor.

Então, não existe mais o ICMS. Na venda a prazo, quando pagávamos, quando a inflação estava a 60%, 70% ao mês e se pagava ICMS sobre os juros, sobre a venda a prazo. Então isso foi retirado, mas não chegou ao consumidor, não se transformou em desconto. Com quem ficou essa diminuição, ou essa redução, ou a não aplicação do ICMS sobre a venda a prazo? Ficou exatamente com os comerciantes.

Quando o Deputado Valdir Rossoni levantou uma outra questão - essa é preocupante também - ele como

nós entendemos que a simplificação do ICMS, quando se criou através da Secretaria da Fazenda e pelo atual Governo, o Simples no Estado do Paraná, escalonado de acordo com a venda das empresas paga escalonado o seu tributo, o seu ICMS. Está correto isso. É um bom programa. Como é que vamos admitir que o pequeno comerciante, como disse o Deputado Rossoni, aquele armazém pequeno quando faz a sua compra, não consegue competir com o grande, que compra em grande quantidade o seu produto, ganhando na compra?

O pequeno comerciante, aquele nosso empresário do estado do Paraná, que são milhares de empresas que estão no Simples, perdem em competitividade. Porque se o grande empresário efetivamente transformar esse desconto, com a diminuição da alíquota em desconto no produto final, o grande empresário será um concorrente desigual, com o pequeno empresário no nosso estado. Todos os incentivos que foram dados para o pequeno e micro-empresário, para que ele pudesse ter condições de competir com o grande empresário, com os produtos, tiramos com essa reforma tributária. Porque o grande empresário ganhou em grande escala na compra. O pequeno empresário não ganha na compra, porque ele compra em pequena quantidade. O grande empresário vai pagar 12% de ICMS, sobre o produto, que o pequeno e o microempresário pagam de acordo com o seu faturamento.

Concedo um aparte ao Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Ouçó seus argumentos, mas temos que considerar que o estado do Paraná é diferenciado e nos orgulhamos do estado em que vivemos. Tivemos a capacidade de no início desse Governo, contrário senso, de propor uma isenção à microempresa, que V. Exa. sabe, que até 2002 eram cobradas de todas as empresas ICMS, no mínimo aquela taxa mínima. Da mesma forma tiramos completamente da possibilidade da micro e pequena empresa, hoje, que paga até uma alíquota de 3,4%, como se fosse lucro presumido naqueles degraus.

V. Exa. sabe de que o Paraná tem uma política diferenciada, que tem sido copiada pelos outros estados do país. Tanto a micro, como a pequena empresa foi extremamente beneficiada, no que resultou no aumento da formalidade dos empregados na micro e pequena empresa paranaense. Esse benefício foi socialmente bem avançado. Os benefícios fiscais que concedemos são de tal monta, que V. Exa. sabe que hoje o comerciante, no Paraná, está proibido de receber visita de auditor fiscal. Acabou. Do fiscal bater e colocar o barrigão na porta do estabelecimento, senão for única e exclusivamente muito bem dirigida à fiscalização. Porque hoje queremos que a economia do Paraná possa produzir e avançar.

O fato concreto é que temos aqui uma novidade boa para o consumidor e quem ganha é ele. Sei que há uma dificuldade muitas vezes, por uma visão mais con-

servadora, que sei que não é a sua, de assimilar essas mudanças. Mas aqui se trata de uma mudança efetiva. Vou repetir a V. Exa., que essa proposta é neutra, não aumenta a carga tributária, porque ela reduz efetivamente o imposto de todo o consumo dos bens, que são comprados com o salário do trabalhador paranaense.

Era isso, V. Exa.

Obrigado pelo aparte.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Deputado Romanelli desculpe, mas há aumento da carga tributária sim, na gasolina, na energia, na telecomunicação, na bebida alcoólica. Há aumento sim. Há redução por outro lado, pode o Governo conforme a mensagem enviada aqui, que o Governo não aumente a sua receita. Mas, que haverá aumento da carga tributária, haverá sim. Porque V. Exa. mesmo disse desta tribuna que quem paga uma conta de energia elétrica de R\$ 100, com essa reforma tributária vai acabar pagando cento e dois reais e alguns centavos. Nesse setor aumentou a carga tributária. E esse desconto que se procura instituir no índice do ICMS nós não sabemos se vai chegar no consumidor! Esta é a dúvida.

Se alguém compra uma geladeira, um fogão ou microondas, custa tanto. Reduzindo a alíquota do ICMS vai chegar ao consumidor por valor x, já descontado. Não existe um mecanismo. Ao menos que acompanhe essa mensagem. Qual o mecanismo que o Governo vai instituir no nosso estado, para fiscalizar se as empresas vão transformar isso em desconto para o consumidor. Será que as grandes lojas vão transformar esse desconto?

Desculpe-me Deputado Romanelli, eu enalteci sim o Governo do Estado da forma como instituiu o Simples no estado do Paraná. Mas, me desculpe, com essa reforma tributária ele está prejudicando as pequenas e microempresas do estado do Paraná, porque ele está diminuindo o imposto das grandes empresas. Está prejudicando as pequenas empresas. Isso é líquido e certo, não tem como contestar. Haveremos de discutir muito esse tema. As primeiras informações que temos, oficiais, são essas.

Já vi por V. Exa. que o senhor vai concordar com o requerimento, vamos aprovar hoje e esperamos que possamos ter a resposta o mais rápido possível para que daí sim, com números na mão, qual o impacto que isso vai causar. Mas, a dúvida vai permanecer. O estado pode fazer o cálculo que ele vai deixar de arrecadar, isso sim. Mas, se vai refletir no consumidor, ninguém sabe. Por esta razão cabe uma ampla discussão entre os Parlamentares, entre a sociedade do Paraná.

Agradeço ao Presidente, Deputado Anibelli.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício s/nº subscrito pelo Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente, comunicando que estará ausente da Sessão Plenária do dia 14/10/08, para tratar de assuntos particulares. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação nº 244/08/08, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a construção de redutores de velocidade na rodovia PR-180. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 245/08, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, sugerindo à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e ao DER, a pavimentação asfáltica de trecho de 10 quilômetros da avenida Pioneira Maria Cavalcante Ruy, para o escoamento do trânsito de caminhões na PR-317, na saída de Maringá para Campo Mourão. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 246/08, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a liberação de uma ambulância para o município de Jussara. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 247/08, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, a implantação de programa de prevenção de problemas de má oclusão e ortodônticos no estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 248/08, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a construção de escola no município de Paranavaí. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 249/08, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a construção de escola no município de Paranapoema. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 250/08, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a construção de escola no município de Inajá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 251/08, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a construção de escola no distrito de Mandiocaba, no município de Paranavaí. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 252/08, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a construção de uma escola no distrito de Graciosa, no município de Paranavaí. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Caíto Quinatan, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Mauro Moraes, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª Discussão

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 239/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício n 313/08, que estabelece as delimitações das circunscrições imobiliárias da comarca de entrância final de Maringá, conforme específica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Em votação a emenda - **Aprovada.**

Em votação o projeto - **Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 039/08, de autoria do Deputado Mauro Moraes, anexo Projeto de Lei nº 851/07 de autoria do Deputado Plauto Miró, que dispõe sobre a obrigatoriedade do fornecimento de carrinhos motorizados para deficientes físicos, idosos e gestantes em centros comerciais, shopping centers, hiper e supermercados, e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CAICTM. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.

Em votação o projeto ressaltado o substitutivo. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação o substitutivo geral da CCJ. **Aprovado.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 300/07, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que institui normas para o ingresso no ensino fundamental com nove

anos de duração. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ e CONTRÁRIO DA CECECT.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2684, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado.**

Consulto o autor do projeto, Deputado Romanelli, se concorda com cinco Sessões do Deputado Péricles que pede o adiamento, retirado por cinco Sessões.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, eu penso que o Deputado Péricles iria apresentar uma emenda ao projeto...

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Deputado Romanelli, o senhor não estava quando eu usei a tribuna, queria fazer uma solicitação ao senhor para darmos um tempo para conversarmos um pouco mais. Acho que é um assunto, Deputado, que podemos inovar no Brasil, se tivermos o bom senso. Acho que é uma decisão importante não só para o Paraná, mas para a sociedade brasileira.

Estudei muito este assunto, gostaria então, como eu tive uma dúvida das emendas, que tipo de emenda, queria fazer uma concordância como senhor, se pudéssemos chegar a um consenso.

É por este motivo que pedi por cinco Sessões a retirada do projeto.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Tudo bem, Sr. Presidente, em função do apelo do Presidente da Comissão de Educação desta Casa, educador e professor, Péricles de Mello, concordo com a retirada do projeto por cinco Sessões. Entendo que este tema, ele tem razão, esse projeto apresentei justamente para regular uma questão extremamente importante e certamente podemos discutir melhor e melhorar o projeto.

Concordo com a retirada por cinco Sessões.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Em votação o requerimento do Deputado Péricles, retirando por cinco Sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões do Projeto de Lei nº 300/07.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 475/07, de autoria do Deputado Plauto Miró, que dispõe sobre tarifa reduzida de energia elétrica, empresas, no período noturno. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CDHCD.

Sobre o referido projeto, Emendas Aditivas de Plenário, em número de 02 (duas), nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01
AO PROJETO DE LEI Nº 475/07

Acrescente-se dispositivo com a redação abaixo, onde couber:

“... A tarifa reduzida de que trata esta lei é aplicada em benefício de estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviço, urbanos ou rurais, localizados em municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano - IDH.”

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Apoioamento:

Jonas Guimarães, Dr. Batista, Péricles de Mello e Elton Welter.

JUSTIFICATIVA:

Buscamos com a presente emenda beneficiar prioritariamente estabelecimentos localizados em municípios de baixo Índice de Desenvolvimento Humano, onde é de fundamental importância o apoio do Governo e das Instituições a ele vinculadas, objetivando ampliar o desenvolvimento econômico e social dessas comunidades.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02
AO PROJETO DE LEI Nº 475/07

Acrescente-se dispositivo com a redação abaixo, onde couber:

“... Para efeitos desta lei, período noturno corresponde ao compreendido entre as 23h e as 6h do dia seguinte.”

Sala das Sessões, em 14/10/08.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Apoioamento:

Jonas Guimarães, Dr. Batista, Péricles de Mello e Elton Welter.

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista que o consumo de energia elétrica no horário das 18 às 23h é de ponta, tempo no qual a população a utiliza em maior quantidade, e o seu uso por estabelecimentos beneficiados pela lei nesse período acarretaria sobrecarga no sistema e equipamentos da COPEL, ocasionando provavelmente queda de energia em municípios onde o programa poderá ser implantado, prejudicando a população local, propomos a alteração de horário, conforme constante na presente emenda.

O projeto será retirado para ser encaminhado para apreciar as emendas à Comissão de Justiça.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

É que esse projeto, na verdade, já discutimos sobre a questão da constitucionalidade dele, já discutimos que este projeto padece de uma flagrante inconstitucionalidade, tendo as emendas que foram oferecidas pelo nosso companheiro, Deputado Dobrandino, certamente são no sentido de melhorar o projeto.

Agora, sabemos que não é possível, pelo vício de iniciativa, haver um projeto desta natureza com iniciativa do Parlamentar. Apenas para poder registrar, em nome da Liderança do Governo, porque senão depois eu sou publicamente cobrado que deixei de registrar aqui um ponto de vista eminentemente técnico em relação a esse projeto de lei de autoria do Deputado Plauto, que é uma boa proposta, mas que padece da constitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Este projeto foi apreciado em 1ª votação quando deveríamos ter analisado...

(vozes paralelas)

... e foi aprovado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Encaminhei à época, mas a Casa deliberou por aprovar o projeto. Apenas faço este registro.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

O projeto volta à Comissão de Justiça.

1ª Discussão

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 705/07, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que fica revogada a Lei nº 15455, de 31/01/07, que dispõe sobre a divulgação dos custos de propaganda realizados pelo Governo do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E CF. (**Publ. no DA nº 122/07, de 01/10/07, em Projetos de Lei**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 705/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto ora em análise, apresentado pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli busca revogar a redação da Lei nº 15455/07.

Fundamentação

O presente projeto tem o intuito de revogar a Lei nº 15455.

Quando se trata de alteração legislativa, revogação ou qualquer modificação a texto legal verifica-se, inicialmente, qual é a competência para legislar, dentro do regime jurídico do Direito, conforme regula a Constituição da República:

Art. 37. A Administração Pública Direta ou Indireta de qualquer dos Poderes da união, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...) (grifo nosso).

Tendo em vista que cabe, então, ao legislador a função de ditar normas sobre a matéria ora analisada, somos pela constitucionalidade do presente, uma vez que aquele que possui competência para legislar também possui competência para alterar ou revogar.

No que concerne à competência legislativa, irrefutável a legitimidade estadual para propor tal medida, uma vez que trata de alteração a lei estadual, cuja autoria partiu do próprio Legislativo, estando, portanto, conforme os ditames legais expressos na nossa Carta Constitucional, dentro do escopo de atribuições deste ente federativo, sua revogação.

Cabe ressaltar que a revogação de que trata o presente projeto de lei não desrespeita os princípios constitucionais da publicidade, da moralidade e da eficiência. Isto porque pretende apenas revogar uma lei que regulamenta a divulgação dos custos de propaganda realizados pelo Poder Executivo, não pretendendo revogar os dispositivos Constitucionais que se referem ao assunto.

Ademais disto no que concerne à técnica legislativa, o presente projeto de lei não encontra nenhum óbice frente à Lei Complementar 095/98.

Conclusão

Diante do analisado, em face da legalidade e constitucionalidade, nosso parecer é pela aprovação do projeto de lei que ora se analisa.

Sala das Comissões, em 11/06/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
CAÍTO QUINTANA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 705/07

P A R E C E R :

O projeto de Lei nº 705/07, em análise, de autoria do nobre Deputado Luiz Claudio Romanelli, dispõe sobre a revogação da Lei 15455, de 31/01/07, que versa sobre a divulgação dos custos de propaganda realizados pelo Governo do Estado do Paraná.

A referida proposição recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

O objeto da lei a ser revogada já está contemplado na Lei de Responsabilidade Fiscal, que obriga o Poder Executivo a publicar seus relatórios de gastos, que o vem fazendo, inclusive disponibilizando-os na internet, proporcionando assim o estado total transparência dos atos da sua administração.

No tocante às prerrogativas desta Comissão, manifestamos parecer favorável ao projeto de lei em exame, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25/06/08.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
DOBRANDINO DA SILVA - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, temos que cumprir aqui as formalidades. Acho que o projeto do Deputado Romanelli, no que se refere à questão da constitucionalidade, vou votar a favor, porque é constitucional o Parlamentar apresentar um projeto revogando o projeto de outro Parlamentar.

Vou votar a favor da constitucionalidade, porque acho que é legal, é um direito, como determina a lei, mas amanhã, no mérito, vamos discutir a questão que envolve esse projeto que é de autoria nossa, mas antes de votar, Deputado Romanelli, queria fazer uma proposição a V. Exa. que fosse retirado esse projeto da Ordem do Dia de hoje, em função que ouvi V. Exa. falar agora há pouco em transparência do Governo. O Governo é transparente e V. Exa. falava agora que o Governo é transparente.

Estou aqui com um requerimento do dia 7 de maio de 2008, quando o 1º Secretário, que eu saiba é o homem encarregado desta Casa de expedir aquilo que for definitivo em Plenário e deve ser respondido na forma da lei. Não é, Sr. Presidente? O Deputado Alexandre Curi expediu no dia 7 de maio de 2008 o requerimento aprovado nesta Casa, em que solicitava informações do então Secretário da Comunicação sobre a questão de quanto foi gasto dessa nova linha, dessa lei aprovada por esta Casa, que a partir do momento em que essa lei foi promulgada por esta Casa, quanto é que o Governo gastou em publicidade e como foram feitos os anúncios, se foi cumprida a lei, se esta Casa promulgou a lei. Até agora, Sr. Presidente e Deputado Romanelli, queria pedir a V. Exa. que retirasse o projeto, até por uma questão de respeito. As informações não vieram. Eu não me sinto no dever de votar esse projeto, mesmo a questão constitucional dele, porque na verdade não vieram as informações. O Governo está cometendo um crime aqui ao não mandar uma informação para esta Casa. Está esbarrando na lei, na Constituição do Estado.

Daí que se brinca com a Assembléia, como se a Assembléia fosse saco de pancada do Governo. O Governo não responde, como se fôssemos marionetes do Governo. O que é isso, gente? Estamos num Parlamento em que a maioria decidiu! Se a maioria decidiu, deve-se ter o devido respeito, não com o Deputado Jocelito, mas com esta Casa!

Sr. Presidente, estamos aqui mandado pelo povo para fiscalizar e isso aqui foi aprovado em Plenário. Então, há de ser justo que antes de votarmos esse projeto, por isso que peço ao Deputado Romanelli, baseado na questão de transparência, que V. Exa. retire por três, quatro Sessões, traga as informações. Daí vamos discutir o seu projeto.

Era isso que queria pedir, Sr. Presidente. Queria requerer a esta Casa, que esta Casa cobrasse do Governo, Sr. Presidente. Não pode um requerimento de 7 de maio não ser respondido pelo Governo! O Governo não pode brincar com a Assembléia assim! O Governador é dono do Palácio, passageiro, não da Assembléia. A Assembléia não tem nada a ver. A Assembléia é do povo do Paraná e que ele respeite o povo do Paraná e responda para nós aqui.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

O Deputado Jocelito disse que votaria a favor a constitucionalidade.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Para Encaminhar**)

Isso.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Esse projeto, já me informa o nosso assessor Mário, que já foi retirado e não pode mais ser retirado. Então poderíamos fazer um acordo, que se votaria a constitucionalidade e não incluiríamos novamente na Ordem do Dia até que seja respondido.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Para Encaminhar**)

Até porque concordo que o projeto é legal, do Deputado Romanelli, e eu respeito as lei. Então, concordo em votar hoje, mas que antes de votarmos, amanhã, vamos discutir o mérito depois.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, sinceramente, posso ver até porque o Governo não respondeu o requerimento, porque sou seguidor da nossa Constituição e do nosso Regimento. O Governo tem que cumprir os prazos. Agora, uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa, ou seja, o projeto já foi retirado, quero dizer que iremos votar. O projeto tem que seguir o processo legislativo, não vou condicionar as coisas. Agora, me comprometo aqui a cobrar uma resposta e saber por quê que não foi cumprido o prazo de resposta do requerimento do Deputado Jocelito Canto, mas sem condicionar uma coisa à outra.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Deputado Reinhold Stephanes Júnior.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Quero abordar o outro projeto, que foi retirado de pauta, para dizer que não é nada pessoal. Sou a favor do projeto de lei que o Deputado Luiz Claudio Romanelli propôs, que muda a data de ingresso, de idade das crianças para o ensino fundamental, de nove anos, mudando agora para quando completar a idade de seis anos. Ou seja, sou a favor deste projeto que V. Exa. retirou de pauta, hoje, e deve vir à pauta daqui a cinco Sessões.

Mas, este que estamos agora tratando, queria até entender o porque de se revogar a lei, porque tinha um processo de expulsão do partido porque pedi para verificar os gastos em publicidade. Foi aprovada uma lei para que se fala a publicação do que se gastou e como se gastou o dinheiro de publicidade em rádio, televisão e outros meios de comunicação.

Então, não sei porquê revogar esta lei. Ao contrário, temos que exigir que ela seja cumprida. Queria entender o motivo da revogação da lei.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Diante do possível, votaremos a constitucionalidade e eu não incluo na Ordem do Dia de amanhã. Fica para posteriormente, duas ou três Sessões, de acordo com o entendimento de V. Exas.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Não vejo necessidade de fazer um acordo condicionante. Quero explicar ao Deputado Reinhold Stephanes Júnior que todos os relatórios de gastos com publicidade são feitos. Estamos tratando de um projeto de inviabilizar o processo de comunicação social deste Governo. O fato concreto é o seguinte: Para manter com o Deputado Jocelito Canto este relacionamento fraterno que temos conseguido, concordaria com o seguinte: não colocaríamos na Ordem do Dia de amanhã e deixaríamos para colocar na Ordem do Dia de segunda-feira. Até segunda-feira, certamente, o Governo haverá de ter, ou respondido o requerimento do Deputado Jocelito Canto, ou dando esclarecimento do porquê não o fez. Está certo, Deputado Jocelito Canto?

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Para Encaminhar**)

Concordo. Mas, só quero discordar do Deputado Luiz Claudio Romanelli. Isto aqui é uma lei. A lei que criou que o Governo tem que publicar as publicidades não tem nada a ver com o portal do Governo. O portal é uma coisa do Governo, transparência que o Governo criou e está na Lei de Responsabilidade Fiscal. Agora, existe uma lei que esta Casa promulgou e deve ser respeitada. Esta lei é tão igual à outra, do Portal. Não há diferença nenhuma. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Em votação. **Aprovado.**

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 032/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que dispõe sobre a participação e defesa do usuário dos serviços públicos e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E CDHCD. (**Publ. no DA nº 005/08, de 19/02/08, em Projetos de Lei**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA AO PROJETO DE LEI Nº 032/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 032/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost, pretende estabelecer normas gerais sobre a participação e defesa do usuário dos serviços públicos prestados pela Administração Pública.

Da legitimidade

A priori, cabe-nos analisar e discutir como plano de fundo, a participação do cidadão como verdadeiro e legítimo consumidor dos serviços públicos. Para isso, transcrevem-se artigos do Código de Defesa do Consumidor, que devem servir analogicamente para escorar nosso raciocínio:

Art. 2º Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.

Pelo artigo, denota-se que os usuários de serviços públicos, não só podem, como devem, ser considerados consumidores, porque são pessoas físicas que utilizam o serviço como destinatário final, afora questões pontuais.

Outro artigo do Código do Consumidor nos aponta a seguinte regra:

Art. 3º Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividades de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.

Ora, por este artigo também podemos, utilizando-nos da analogia, configurar os prestadores de serviços públicos, órgãos de direta e indireta de qualquer dos Poderes do Estado do Paraná e dos municípios, no exercício da função administrativa, diretamente ou sob o regime de concessão, permissão ou autorização, como legítimos fornecedores de serviço.

Assim, lembrando o parecer exarado pelo Relator Deputado Reni Pereira, em processo semelhante, de nº 073/08, que assim concluiu:

tanto pelo lado da concessionária como pela análise do usuário é cediço a relação de consumo. Sem embargo das disposições expostas, veja-se colocação do atual Ministro do Supremo Tribunal Federal, Carlos Alberto Menezes Direito, quando atuava no Superior Tribunal de Justiça: “Entre o usuário da rodovia e a concessionária há mesmo uma relação de consumo, com o qual é de ser aplicado o artigo 101 do Código de Defesa do Consumidor.”

Deste modo, reconhecida a relação consumerista, passa-se a análise de quem detém a capacidade para iniciar o processo legislativo neste caso.

A Constituição Federal, em seu artigo 24 assim dispõe:

Art. 24. Compete a união, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

V - produção e consumo.

Enquanto que Constituição do Paraná, assim dispõe:

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:

XVII - matéria da legislação concorrente da Constituição Federal.

Assim, o aspecto correlato à legitimidade está atendido.

Por fim cabe-nos analisar com maior acuidade, o Código de Defesa do Consumidor, se autoriza e dispõe ser essa uma das garantias a ser prestada aos consumidores.

A Lei nº 8078/90 em seu artigo 6º dispõe:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

VI - a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos.

Vê-se, pelos trechos transcritos, que a informação é um dos direitos elementares de todo consumidor.

A Constituição Federal também traz disposição no mesmo sentido, de defesa do consumidor:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXII - o estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor.

Assentados nisso, e pela relação consumerista sendo estabelecida, vemos que o projeto pode ser considerado em consonância tanto com as Constituições Federal e Estadual, quanto com a legislação infraconstitucional correlata.

Conclusão

Portanto, devido ao respeito aos aspectos constitucionais e legais, nosso parecer é pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 20/04/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DOUGLAS FABRÍCIO - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, DA CIDADANIA E DE DEFESA DO CONSUMIDOR PROJETO DE LEI Nº 032/08

P A R E C E R :

Ao Projeto de Lei nº 032/08, de autoria do Deputado Estadual Ney Leprevost.

O projeto sob análise dispõe sobre a participação e defesa do usuário dos serviços públicos e dá outras providências.

A proposição cria uma espécie de código de defesa do usuário do serviço público.

Em que pese a aprofundada análise prévia da assessoria da CCJ, divergimos da tese que considera o usuário do serviço público, mesmo que analogicamente, como consumidor de serviço público, nos termos da Lei Federal 8078/90.

Não entendemos se tratar de relação de consumo, mas de prestação de serviço pelo estado, atividade material geradora de utilidade aos indivíduos, prestada diretamente pelo Poder Público ou por empresa particular concessionária ou permissionária sempre sob o regime de direito público.

Outro aspecto importante a ser ressaltado é que alguns serviços públicos, tais como saúde, educação, meio ambiente, assistência social e outros, já contam com instrumentos de controle social, em especial conselhos paritários.

A ampliação de mecanismos de controle e de garantias para o cidadão fortalece o estado democrático de direito e da maior efetividade à Administração Pública.

A matéria é de competência da Assembleia Legislativa do Paraná, não afronta as Constituições Estadual e Federal e a proposição pode ser iniciada pelo Parlamentar.

A proposição apresenta os requisitos formais e legais para receber parecer favorável desta Comissão e seguir seu trâmite regimental.

O parecer é pela tramitação regimental da proposição podendo ir a Plenário e ter seu mérito apreciado pelo plenário.

Sala das Comissões, em 20/04/08.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente

TADEU VENERI - Relator

Aprovado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, apenas para registrar, com o maior respeito que tenho pelo Deputado Ney Leprevost, com quem partilho de amizade pessoal e familiar, mas quero dizer que votei, inclusive na CCJ, como também votaram os Deputados que integram a Bancada de Situação do Governo, votamos contrários, por inconstitucional, este projeto de lei.

Não vou obstaculizar o regular processamento deste projeto de lei. Só que amanhã o Governador vetar o projeto de lei, certamente fica nossa ressalva com relação a este tema, Deputado Ney Leprevost. Mas, vamos votar regularmente seu projeto, apenas para poder registrar para evitarmos, no futuro, aborrecimentos. Só isso.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2598, de autoria dos Deputados Valdir Rossoni, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Ademar Traiano e 01 ilegível, membros da Bancada de Oposição, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Encaminhamos favoravelmente à aprovação do requerimento da Bancada da Oposição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Aprovado.

Requerimento nº 2639, de autoria dos Deputados Valdir Rossoni, Douglas Fabrício, Cida Borghetti e demais Srs. Deputados, membros da Bancada de Oposição, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Quero encaminhar favoravelmente esse requerimento.

Entendo que o tema que envolve a reforma tributária tem que ter absoluta transparência. Os números que estamos tratando em relação à arrecadação e despesa do estado, no caso do ICMS, são dados públicos e inclusive quero parabenizar os autores do requerimento justamente em fazer a ressalva em relação a se preservar a indentificação dos contribuintes, porque eles estão cobertos pelo sigilo fiscal, mas como estamos tratando de setores da economia, estamos tratando de números macros, preservando os contribuintes naquilo que é concernente ao sigilo fiscal.

Então, sou favorável ao encaminhamento desse requerimento e que a Fazenda possa responder esse requerimento, que certamente vai desfazer qualquer dúvida que paire em relação à questão da neutralidade do ponto de vista fiscal de aumento de arrecadação. Estamos tratando de redução de arrecadação de ICMS e da compensação com o princípio da seletividade sobre aqueles itens que efetivamente podem compensar a perda da receita, por conta da diminuição que vamos ter da carga tributária para aqueles 95 mil itens chamados de bens de consumo-salário, que será o benefício que será concedido aos consumidores do estado.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Elio Rusch, autor e Líder da Oposição.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Deputado Antonio Anibelli, que preside esta Sessão, quero agradecer ao Líder do Governo, Deputado Luiz Claudio Romanelli, pelo fato de ter aceito e concordado com a votação desse pedido de informações em relação a um projeto que tramita aqui na Casa. E dizer que tomamos todo o cuidado quando elaboramos, através da assessoria da Oposição, para que fosse ao menos preservado o nome das empresas, até pelo sigilo fiscal, porque eles têm direito. Então, por essa razão, pedimos todas as informações sem, no entanto, divulgar as empresas que haverão de fazer parte do conjunto de elencos que estamos solicitando das mais diversas questões levantadas aqui.

Só espero, Deputado Romanelli, que V. Exa. consiga, junto ao Secretário Heron Arzua, a quem admiramos e estimamos, até pela eficiência como técnico da área tributária e como Secretário de Estado, para que essas informações possam vir para a Assembleia o mais rápido possível, uma vez que o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Durval, parece que já tem algumas Audiências marcadas para o dia 31. Que tenhamos esses números e essas empresas que contribuem ou que deixam de contribuir, que possamos ter essa resposta o mais rápido

possível. Sabemos que vai demandar um certo período, mas agradeço e sei que V. Exa. haverá de se empenhar pessoalmente para que possamos ter a resposta, oxalá, ainda talvez na próxima semana.

Agradeço e obrigado ao Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Está em votação. **Aprovado.**

Esta Presidência cumprimenta os dois Líderes pelo alto interesse em favor do Paraná.

Requerimento nº 2603, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 2604 a 2624, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2627, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2631, de autoria do Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2633, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 2640 a 2680, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 2681 e 2682, de autoria do Deputado Elio Rusch, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2685, de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 2686 a 2707, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2683, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 15, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 239/08.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 039/07.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 032/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 117, 242, 338/08 e dos Projetos de Resolução nºs 019 e 020/08.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1219/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8125, datado de 12/09/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a OLICES SILVESTRE BUENO JUNIOR, matrícula nº 40916, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nível NTB-02, com lotação na Coordenadoria de Divulgação, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/97 e 21/12/02. O período deverá ser marcado pelo interessado junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 24/09/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1220/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9080, datado de 17/11/05, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder aposentadoria compulsória a ANTONIO BERALDO MARIANO, matrícula nº 40038, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Agente Administrativo,

nível N-061, nos termos do artigo 40, inciso II, da Constituição Federal, bem como do artigo 35, inciso II, da Constituição Estadual, ambas em sua redação original, com proventos mensais e proporcionais correspondentes ao seu cargo efetivo, mais 15% (quinze por cento) a cada 05 (cinco) anos, de acordo com o artigo 170 e parágrafo único da Lei nº 6174/70, resultando em proventos de inatividade conforme os cálculos de fl. 15, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas desta Casa. Os proventos serão revistos na mesma proporção e na mesma data em que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, como serão alcançados por quaisquer benefícios ou vantagens concedidos aos servidores da ativa, inclusive decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, conforme parágrafo 4º, do citado artigo 40, da redação original da Constituição Federal.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 24/09/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1221/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 0362, datado de 25/01/06, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder aposentadoria compulsória a LUIZ COELHO QUEIROZ, a partir de 09/12/05, data em que completou 70 anos de idade, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, matrícula 40273, ocupante do cargo de Barbeiro, nível NBA-01, nos termos do artigo 40, inciso II, da Constituição Federal, com proventos proporcionais ao seu tempo de contribuição, acrescidos de 03 (três) adicionais, de acordo com o artigo 170 da Lei Estadual nº 6174/70, e para sua correção serão utilizados os mesmos percentuais e nas mesmas oportunidades em que forem reajustadas as remunerações dos servidores ativos, resultando em proventos conforme cálculos da Coordenadoria de Relações Trabalhistas em anexo.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 24/09/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1222/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8003, datado de 09/09/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a ORLISA DE ALMEIDA PITELLI, portadora do RG 276.541-1/PR, viúva do ex-Deputado Estadual Rosário Pitelli, falecido em 23/08/08, pensão mensal, nos

termos da Lei nº 4763/63, com valor estipulado pelo artigo 2º, da Lei nº 13426/02 e nos termos do artigo 3º do Decreto Legislativo nº 180/64.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 24/09/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1223/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8281, datado de 17/09/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a VERA CLEVE DE OLIVEIRA, matrícula nº 41024, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Jornalista, nível NUE-03, com lotação no Gabinete da Liderança do PMDB, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 22/12/97 e 22/12/02. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supra citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 25/09/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1224/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 0573, datado de 13/02/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder aposentadoria compulsória a ANTONIO BATISTA SOARES, a partir de 05/02/08, data em que completou 70 anos de idade, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, matrícula 40570, ocupante do cargo de Motorista, nível NBB-03, nos termos do artigo 40, inciso II, da Constituição Federal, com proventos proporcionais ao seu tempo de contribuição, acrescidos de 04 (quatro) adicionais, de acordo com o artigo 170 da Lei Estadual nº 6174/70, e para sua correção serão utilizados os mesmos percentuais e nas mesmas oportunidades em que forem reajustadas as remunerações dos servidores ativos, resultando em proventos conforme cálculos da Coordenadoria de Relações Trabalhistas em anexo.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 25/09/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1322/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8313, datado de 18/09/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a ERNESTINA CHUZ, matrícula nº 40566, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, nível NBA-03, com lotação na Coordenadoria da Ata, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/97 e 21/12/02. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 07/10/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1323/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8314, datado de 18/09/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a MARCIA ARLETE SANTOS, matrícula nº 40236, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nível NTB-03, com lotação na Coordenadoria da Ata, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/97 e 21/12/02. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 07/10/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1324/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8315, datado de 18/09/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a DANUTA SABAI, matrícula nº 40024, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Consultor Administrativo, nível NUD-04, com lotação na Coordenadoria da Ata, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/97 e 21/12/02. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 07/10/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1325/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8421, datado de 23/09/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a ROSELI DA SILVA, matrícula nº 40348, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, nível NBA-03, com lotação na Diretoria de Serviços Especiais, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 22/12/02 e 22/12/07. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento Pessoal, apresentando anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 07/10/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1326/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7211, datado de 12/08/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a OSMAR PRESTES, matrícula nº 40412, funcionário estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nível NTB-02, com lotação na Diretoria Legislativa, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, licença especial

de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 22/12/02 e 22/12/07. O período deverá ser marcado pelo interessado junto ao Departamento Pessoal, apresentando anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 07/10/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1327/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8422, datado de 23/09/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a MARIA LUCIA FERNANDES SANTOS, matrícula nº 40587, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, nível NBA-03, com lotação na Coordenadoria de Estudos e Promoções Especiais, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 22/12/02 e 22/12/07. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento Pessoal, apresentando anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 07/10/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1328/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8439, datado de 25/09/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a MARCELO EDUARDO PIENARO CRISTOSTOMO, matrícula nº 40258, funcionário estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Consultor Administrativo, nível NUD-02, com lotação no Gabinete Parlamentar do Deputado Cleiton Kielse, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/02 e 21/12/07. O período deverá ser marcado pelo interessado junto ao Departamento Pessoal, apresentando anuência de seu

superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 07/10/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1329/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6776, datado de 28/07/08, deste Poder,

R E S O L V E :

retificar o Ato da Comissão Executiva nº 1055/08, publicado no Diário da Assembléia de 26/08/08, que passará a constar nos seguintes termos:

conceder a GISELLE GUERIOS, matrícula nº 40.858, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Consultor Administrativo, nível NUD-03, com lotação na Diretoria Legislativa, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 22/12/02 e 22/12/07. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento Pessoal, apresentando anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 07/10/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1330/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8478, datado de 29/09/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a SONIA MARA GONÇALVES DE FREITAS, matrícula nº 40163, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Agente de Saúde, nível NUD-02, com lotação no Gabinete Parlamentar do Deputado Nelson Garcia, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/97 e 21/12/02. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento Pessoal, apresentando anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 07/10/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Diretoria Geral

Portarias

PORTARIA Nº 0248/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8563, datado de 03/10/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, VERA LUCIA DOS SANTOS DE LIMA, matrícula nº 40019, de 60 (sessenta) dias, a partir de 23/09/08 com término em 21/11/08, CID. 10 G 43.0 e F 32.2.

Gabinete da Diretoria Geral, em 13/10/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0249/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8703, datado de 08/10/08, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar, na ficha funcional de ILMA ELIZABETE MOREIRA MACENO, matrícula nº 40178, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, exercendo o cargo de Consultor Administrativo, nível NUD-04, lotada na Procuradoria Geral, o tempo constante na Certidão do INSS, em que prestou serviços a: Manoel Izidro Coelho, por 05 (cinco) meses e 06 (seis) dias, período de 01/03/77 a 06/08/77; Manoel Izidro Coelho, por 6 (seis) meses e 25 (vinte e cinco) dias, período de 06/10/77 a 30/04/78; Machado Gonzales & Cia Ltda, por 1 (um) ano, 04 (quatro) meses e 13 (treze) dias, período de 01/12/80 a 13/04/82; perfazendo o total de 02 (dois) anos, 04 (quatro) meses e 14 (quatorze) dias, contados para efeito de aposentadoria, conforme dispõe o parágrafo 9º, do artigo 201, da Constituição Federal.

Gabinete da Diretoria Geral, em 13/10/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

